

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

O ano de 2014 foi caracterizado por baixos índices de precipitação pluviométrica, gerando escassez de recursos hídricos que afetou de maneira significativa os sistemas de captação de água na região sudeste do Brasil. Em Minas Gerais, a COPASA MG, centrada nas boas práticas de governança e na experiência de seus quadros, procurou garantir o abastecimento de água em todas as suas áreas de atuação, com qualidade e preservação do meio ambiente.

O grande desafio do setor de diretrizes nacionais no Brasil, desde a promulgação da Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico, tem sido a universalização dos serviços preconizada naquela legislação. Nesse sentido, a Portaria Interministerial nº 571/2013, que aprovou o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, estabeleceu um conjunto de diretrizes, metas e ações, visando à universalização dos serviços no território nacional.

Em Minas Gerais, atendendo às diretrizes nacionais para o saneamento, a Lei Estadual nº 18.309/2009 estabeleceu as normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado e criou a Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - ARSAR MG, dando mais estabilidade e segurança a todas as partes relacionadas (concessionárias, municípios concedentes, população atendida e acionistas), por conta da transparência nos critérios de reajustes tarifários e da fiscalização dos serviços prestados.

No setor de saneamento de forma geral, o fluxo de recursos financeiros para investimentos vem sendo mantido, nos últimos anos, por meio das fontes tradicionais de financiamento, quer sejam da Caixa Econômica Federal - CEF, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, ou ainda de programas do Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

A COPASA MG tem captado recursos no mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures e notas promissórias, e no mercado externo, junto ao Banco de Desenvolvimento Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, para desenvolvimento de seus negócios. Também iniciou experiência de nova modelagem de financiamentos, através de Parceria Público Privada - PPP, para a ampliação do Sistema Produtor do Rio Manso, componente do sistema produtor de água potável da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os investimentos realizados pela COPASA MG em 2014 totalizaram R\$865,1 milhões, destinados, principalmente, à implantação de novos sistemas de abastecimento de água e sistemas de coleta e tratamento de esgotos. A população atendida, no consolidado, com sistemas de abastecimento de água, ultrapassou a marca dos 15,0 milhões de habitantes, um incremento de 3,2% em relação ao exercício anterior. Os sistemas de esgotamento sanitário, no mesmo período, beneficiaram aproximadamente 9,8 milhões de habitantes, com incremento de 5,0%.

Apesar do crescimento da população atendida, o volume faturado por economia tem apresentado redução paulatina ao longo dos últimos anos, principalmente por força das campanhas de conscientização e educação ambiental para preservação de recursos naturais, desenvolvidas em todos os meios de comunicação, e mais recentemente, pela necessidade de redução do consumo de água, em decorrência da escassez. Ainda assim, a receita líquida apresentou crescimento de 4,1%, alcançando R\$3,1 bilhões. A geração de caixa operacional (EBITDA ajustado) foi de R\$ 1,1 bilhão e o lucro líquido de R\$318 milhões.

Temos convicção de que, apesar das dificuldades identificadas momentaneamente no setor de saneamento, a COPASA MG, com inovação e aperfeiçoamento de seus modelos de negócios e busca de parcerias e alianças estratégicas, vai aumentar sua competitividade e garantir fontes de recursos para financiamento de seus investimentos nos próximos anos, visando superar as dificuldades pela crise hídrica, inclusive as iniciativas de caráter emergencial que se fizerem necessárias, para assegurar o abastecimento de água à população assistida, o crescimento sustentável de seus negócios e a manutenção de níveis adequados de rentabilidade, com elevados padrões de responsabilidade socioambiental.

Agradecemos aos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, municípios concedentes, às comunidades que vivem em nossa área de concessão e à sociedade em geral pelo apoio e confiança depositados na Empresa ao longo de 2014, na expectativa de que 2015 seja um ano produtivo e melhor para todos.

A Administração

ANEXO À MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1. Expansão do Negócio

1.1 - Concessões dos Serviços de Água e Esgoto

Cumprindo a sua missão institucional de ser um agente do desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais, a COPASA MG não só ampliou e assegurou o atendimento nas áreas onde já atuava, como também expandiu seu mercado, assinando novas concessões para abastecimento de água nas sedes municipais de Datas, Descoberto, Guimarânia, Iamarati de Minas, Santana de Pirapama e Turvolândia. Foram, ainda, assinadas novas concessões de esgotamento sanitário nas sedes municipais de Datas e Guimarânia.

Foram renovadas as concessões para a prestação de serviços de abastecimento de água em nove sedes municipais: Mathias Lobato, Conselheiro Lafaiete, Cedro do Abaeté, Conceição dos Ouros, Abadia dos Dourados, Naque, Teófilo Otoni, Confins e Três Corações. Também foram renovadas as concessões de esgotamento sanitário em Conselheiro Lafaiete, Teófilo Otoni, Confins e Três Corações.

Foram assinados nove novos contratos de concessão para a prestação de serviços de abastecimento de água e cinco com esgotamento sanitário e renovadas as concessões em nove sedes municipais para a prestação de serviços de abastecimento de água. Também iniciou-se a operação de 11 novos sistemas sendo um com serviços de abastecimento de água e 10 com serviços de esgotamento sanitário, destacando-se o do município de Timóteo, na Região do Vale do Aço.

No exercício de 2014, a subsidiária COPANOR formalizou três novas concessões, para prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos e Olhos D'Água.

De forma consolidada, a COPASA MG chegou ao final de 2014 como concessionária para prestação de serviços de água em 635 municípios e de esgotamento sanitário em 288 municípios, conforme quadro a seguir:

CONCESSÕES E OPERAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO			
ITEM	TOTAL	COPASA MG	COPANOR
Nº de municípios com concessão de água	635	586	49
Nº de municípios com concessão de esgoto	288	239	49
Nº de municípios com operação de esgoto	618	573	45
Nº de municípios com operação de esgoto	233	204	29

1.2 - Investimentos da COPASA MG

Os investimentos realizados diretamente pela COPASA MG, em 2014, totalizaram R\$ 865,1 milhões. Desse total, R\$ 279,8 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água, R\$ 555,9 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e os R\$ 29,4 milhões restantes foram investidos em programas de desenvolvimento empresarial e desenvolvimento operacional.

O quadro apresenta os investimentos consolidados:

Investimentos - (R\$ milhões)	Previsto	Realizado COPASA MG
Água	353,2	279,8
Esgoto	610,5	555,9
Outros	19,3	29,4
INVESTIMENTO em 2014	983,0	865,1

Além da utilização dos recursos próprios, os investimentos foram equacionados mediante financiamentos obtidos junto à CEF, ao BNDES e ao banco alemão KfW. A PPP-Parceria Público-Privada tem como fonte de recursos de investimento o aporte do parceiro privado. A COPANOR, por sua vez, obteve recursos diretamente do Tesouro Estadual, por meio de repasses.

1.3 - Principais Programas e Ações Desenvolvidos em 2014

Dentre os diversos programas e ações desenvolvidos pela COPASA MG em sistemas de abastecimento de água destacam-se os seguintes:

- Complementação de interligação da Adutora Noroeste, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH);
- Ampliação da capacidade de produção do Sistema Rio das Velhas na RMBH;
- Implantação do sistema de abastecimento de água de Martinho Campos; e
- Expansão da capacidade de atendimento de sistemas de abastecimento de água de diversas cidades, destacando: Alpinópolis, Arceburgo, Belo Horizonte, Caetanópolis, Caputira, Carmo do Paranaíba, Cataguases, Cássia, Contagem, Coromandel, Itamarandiba, Juatuba, Mateus Leme, Monte Sião, Nova Serrana, Perdigoão, Prata, Ribeirão das Neves, Santa Juliana, Santa Vitória, São Francisco de Paula, Varginha e Taiobeiras;

Em relação aos sistemas de esgotamento sanitário, destacam-se as seguintes realizações ao longo de 2014:

- Ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de Belo Horizonte/Contagem, Cataguases, Montes Claros, Pedro Leopoldo, Pouso Alegre, Vespasiano e da estação de tratamento de esgotos do Ribeirão Arrudas (ETE Arrudas);
- Construção de estações de tratamento de esgotos em Barbacena, Caratinga, Camanducaia, Capelinha, Cataguases, Carmo do Rio Claro, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Extrema, Ibitiré, Itamarandiba, Jequitinhonha, Martinho Campos, Mateus Leme, Minas Novas, Monte Azul, Nova Serrana, Pedro Leopoldo, Prados, Raposos, Resende Costa, Santa Luzia, Santa Rita do Sapucaí, Santana da Vargem, Santo Antônio do Monte, Santos Dumont, São Gotardo, São Joaquim de Bicas, São Sebastião do Paraíso; Três Corações; Vazante; e
- Implantação e melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário de Alfenas, Cabo Verde, Camanducaia, Carmo do Paranaíba, Capitão Enéas, Centralina, Espinosa, Estrela do Indaia, Fama, Francisco Dumont, Itacarambi, Juvenília, Limeira do Oeste, Lontra, Manga, Pedras de Maria da Cruz, Prudente de Moraes, São João da Ponte, Serra dos Aimorés e Várzea da Palma.

1.4 - Cooperação Técnica

A COPASA MG desenvolve diversas atividades de cooperação técnica com municípios, com outras companhias de saneamento e com o setor privado, no Brasil e no exterior. Tais atividades, nas modalidades de visita técnica, assistência técnica ou de consultoria, englobam todos os segmentos componentes da expertise da empresa, formada ao longo de 51 anos de serviços prestados ao povo de Minas Gerais. Durante o ano de 2014, destacaram-se as atividades na modalidade de visita técnica dos interessados à COPASA MG, que a empresa entende ser uma grande oportunidade para se criar um ambiente favorável à cooperação técnica, estabelecendo laços entre as partes envolvidas.

1.5 - Subsidiárias

1.5.1 - COPASA Serviços de Irrigação S.A.

A COPASA Serviços de Irrigação S.A. iniciou suas atividades em março de 2008 e desde então, foram realizados investimentos no montante de R\$7,5 milhões com recursos do

Tesouro do Estado. Esses investimentos destinaram-se à adequação da infraestrutura operacional e aquisição de veículos e equipamentos para a Etapa II do Perímetro Irrigado do Projeto Jaíba.

No início de 2013, o Governo do Estado decidiu pela transferência da gestão do Sistema de Irrigação da Etapa II do Jaíba para a Associação dos Irrigantes do JAÍBA II - DIJ II, com base no Decreto Estadual nº 46.080 de 12/11/2012.

Em decorrência dessa mudança, a subsidiária "COPASA Serviços de Irrigação S.A." encontra-se em processo de liquidação.

1.5.2 - COPASA Águas Minerais de União S.A.

A COPASA MG, assinou em 30 de junho de 2006 contrato de arrendamento dos direitos minerais, equipamentos e instalações de envasamento das águas minerais de Caxambu, Cambuquira, Lameira e Araxá com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG. Em junho de 2007, o contrato foi aditado transferindo os bens e direitos do arrendamento dos direitos minerais para a subsidiária COPASA Águas Minerais de Minas S.A. - AGMM, que investiu fortemente na modernização das quatro fábricas, de modo a atender a todos os requisitos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

A partir de 2014 a Empresa vem buscando alternativas para um melhor equilíbrio econômico-financeiro, de modo a fazer frente aos investimentos.

1.5.3 - COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR é a concessionária para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas localidades com população entre 200 e 5.000 habitantes, nas regiões norte e nordeste do Estado de Minas, com baixa Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na sua primeira etapa de implantação vem atuando, através do Projeto Estruturador do Governo do Estado "Vida no Vale" na região nordeste, nas bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu, onde deverá beneficiar mais de 430 mil pessoas de 488 localidades de 88 municípios quando todos os sistemas estiverem implantados.

Em dezembro de 2014 a COPANOR estava operando sistemas de abastecimento de água em 228 localidades, beneficiando mais de 301 mil pessoas e sistemas de esgotamento sanitário em 68 localidades, beneficiando mais de 124 mil pessoas.

Com as obras e projetos em andamento, nos próximos dois anos, a estimativa é que, pelo menos mais 47 localidades sejam beneficiadas com abastecimento de água e 76 com esgotamento sanitário com investimentos de mais R\$ 161 milhões.

De 2007 até dezembro de 2014 foram investidos pelo Governo do Estado, por meio da COPANOR, com recursos do Tesouro Estadual, o montante de R\$492 milhões em obras de saneamento, equipamentos, materiais e serviços.

Os investimentos da COPANOR em 2014 totalizaram R\$49,4 milhões, sendo R\$21,6 milhões em sistemas de abastecimento de água e R\$27,8 milhões em sistemas de esgotamento sanitário.

O valor investido foi de R\$29 milhões repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais em 2014 referentes ao PPAG 2014, cuja previsão era de R\$ 95 milhões, e R\$ 20,441 milhões referentes ao saldo de restos a pagar de 2013 aplicados em obras em 2014, totalizando R\$ 49,4 milhões.

Os valores incluem medição de obra, elaboração de projetos, fiscalização, aquisição de áreas, materiais a cargo da COPANOR, estruturação, etc.

Este valor foi rateado proporcionalmente às medições de obras realizadas nas localidades dos seguintes municípios:

Almenara, Angellândia, Araçuaí, Aricanduva, Bandeira, Berilo, Botumirim, Cachoeira de Pajeú, Capelinha, Carai, Carbonita, Carlos Chagas, Catujá, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felisburgo, Francisco Badaró, Frei Gaspar, Grão Mogol, Itacambira, Itaipé, Itamarandiba, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jenipão de Minas, Jordânia, Medina, Mendez Pimentel, Minas Novas, Nova Belém, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olhos D'água, Ouro Verde de Minas, Padre Carvalho, Pavão, Ponto dos Volantes, Rio do Prado, Rubelita, Rubim, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, São Félix de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, São João do Manteninha, São José do Divino, Serra dos Aimorés, Serro, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Turmalina, Veredinha, Virgem da Lapa.

1.6 - Novos modelos de negócios

A COPASA MG vem desenvolvendo prospecção e modelagem de novas oportunidades de negócios desde 2011, buscando a expansão do mercado de atuação e o fortalecimento da empresa, por meio de parcerias e alianças estratégicas.

Em 2014, foi estruturada a Parceria Público Privada - PPP do Sistema Rio Manso, na modalidade de Concessão Administrativa, em que a Sociedade de Propósito Específico - SPE formada é a única responsável pela obtenção de recursos para ampliação, manutenção e operação compartilhada do Sistema Produtor de Água do Rio Manso, um dos responsáveis pelo abastecimento de água do sistema integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, aumentando a sua capacidade de produção em mais 1,8 m³/s, passando dos atuais 4,0 m³/s para 5,8 m³/s. O prazo total da Concessão será de 15 anos, envolvendo investimentos em obras civis, equipamentos e projetos, necessários para disponibilização de toda a infraestrutura. Em 2014 foram investidos R\$ 256,3 milhões de um total de R\$500,6 milhões, até 2015. Ao final do contrato os bens gerados serão revertidos para a Concessionária. A empresa Concessionária, vencedora do processo licitatório foi a Odebrecht Ambiental Manso.

Outros novos negócios estão em desenvolvimento.

2. Desempenho Operacional

2.1 - Dados de Atendimento

A população atendida com abastecimento de água, no consolidado, aumentou em 460 mil pessoas, um incremento de 3,2%, atingindo cerca de 15,0 milhões de habitantes ao final de 2014. Esse desempenho resulta do crescimento do número de ligações da controladora e da COPANOR, que representou um acréscimo de 127 mil novas ligações de água.

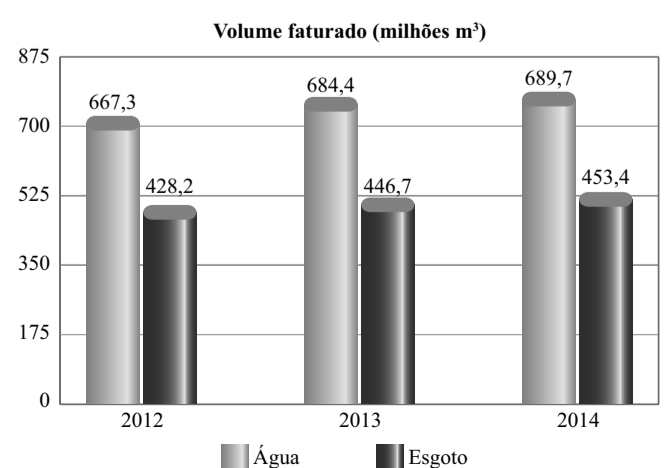
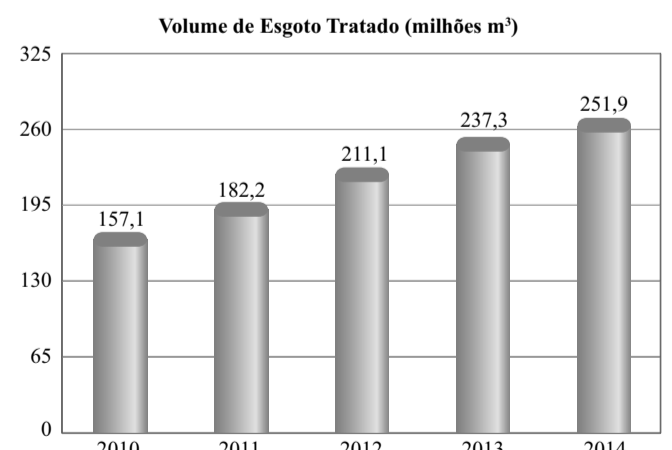
CONSOLIDADO - ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
ITEM	UNIDADES	2014	2013
População atendida	mil habitantes	15.010	14.550
Ligações	mil unidades	4.042	3.915
Extensão de rede	km	48.531	46.620
Volume de água produzido	1.000 m³ /ano	973.764	973.885
Volume de água faturado	1.000 m³ /ano	689.736	684.359

Nos serviços de esgotamento sanitário, o número total de municípios, também no consolidado, passou de 223 em 2013 para 233 no ano de 2014, beneficiando uma população de 9,8 milhões de habitantes, com incremento de 458 mil pessoas atendidas.

Esse atendimento é realizado por meio de 2,5 milhões de ligações de esgoto, representando um aumento de 125 mil ligações, crescimento de 5,2%, em relação ao ano de 2013. Dessas, cerca de 33 mil referem-se ao início de operação em novas localidades. A rede coletora foi expandida em 1.237 km, totalizando mais de 23,0 mil km.

CONSOLIDADO - ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
ITEM	UNIDADES	2014	2013
Ligações	mil unidades	2.529	2.404
População atendida	mil habitantes	9.786	9.328
Extensão de rede	km	23.375	22.138
Volume de esgoto faturado	1.000 m³ /ano	453.448	446.754
Volume de esgoto tratado	1.000 m³ /ano	252.009	237.291

O volume de esgoto tratado pela Companhia atingiu 252,0 milhões de litros em 2014, com elevação percentual de mais de 6% em relação ao ano anterior. Foi iniciada operação de 26 novas estações de tratamento de esgotos - ETEs em diversas cidades do Estado. Dentre elas, destacam-se Brasília de Minas, Divinópolis, Ribeirão das Neves, Bom Despacho, Nova Serrana, Pouso Alegre e Monte Sião.



Em 2014, com a expansão da Companhia, o volume faturado de água aumentou em 5,4 bilhões de litros e o volume faturado de esgoto em 14,6 bilhões de litros. A ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades que já eram operadas e o início de faturamento de sistemas de água e esgoto em novas localidades, tais como as sedes municipais de Capitão Enéas, Ibiá, Itapeva, Lontra, Pirapetinga, São João da Ponte e Timóteo contribuíram para esse crescimento.

O quadro a seguir apresenta, para o período indicado, o desempenho de alguns indicadores operacionais e comerciais:

ITEM	CONSOLIDADO INDICADORES DE DESEMPENHO COMERCIAL/OPERACIONAL		
	UNIDADES	2014	2013
Empregados / ligações (A+E)	emp./mil ligações	1,96	1,93
Índice de perdemetragem	%	99,89	99,90
Índice de horas de faturamento (*)	%	29,29	29,70

(*) Média anual

(**) Dados da controladora

O indicador Água Não Convertida em Receita - ANCR que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente consumido atingiu 230,84 l/ligação/dia em 2014, ante os 236,48 l/ligação/dia em 2013. Esse indicador, que mede basicamente as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, furtos, vazamentos em unidades operacionais e inexistência de macro e micro medições, permanece como um dos mais baixos do setor, se comparado com a média do Brasil de 366, 86 l/ligação/dia (SNIS 2013).

O índice de inadimplência total, que corresponde à relação entre o saldo de contas a receber e o valor total faturado, considerando dados acumulados desde janeiro de 1998, atingiu 1,43% em 2014, contra 1,39% em 2013, sendo considerado um dos melhores do País.

2.2 - Controle de Qualidade da Água

A rede laboratorial da COPASA MG foi reestruturada nos últimos anos. Esta rede é formada pelo laboratório central e pelos laboratórios regionais e distritais, totalizando 29 unidades, além de centenas de laboratórios locais, situados junto às estações de tratamento de água, os quais estão distribuídos estrategicamente por todo o território de Minas. São laboratórios modernos e dotados de equipamentos de última geração em pleno funcionamento, realizando mais de um milhão de análises mensais. Os Laboratórios Central e Laboratório Regional de Montes Claros são acreditados pelo INMETRO através da norma ABNT ISO/IEC 17025:2005. Os demais laboratórios regionais estão em processo de acreditação nesta norma.

Atestada pelas análises realizadas, a água distribuída pela COPASA MG tem qualidade reconhecida em todo o país, atendendo aos requisitos do controle interno de qualidade e às legislações vigentes, notadamente a Portaria nº 2914 do Ministério da Saúde, de 12 de dezembro de 2011.

2.3 - Controle de Qualidade do Esgoto

Da mesma forma que no controle da qualidade da água, a rede laboratorial da COPASA MG está estruturada para realizar o controle das unidades de tratamento de esgoto, que vem aumentando significativamente nos últimos anos. Todas as estações construídas são dotadas de laboratórios para o controle das análises diárias de rotina. As análises que requerem procedimentos mais complexos são realizadas nos laboratórios regionais.

Para a avaliação da qualidade do esgoto efluente das estações de tratamento, são realizadas análises visando o controle dos processos de tratamento e ainda a verificação da eficiência dessas unidades, em atendimento à legislação ambiental em vigor.

2.4 - Geração de caixa operacional

O EBITDA ajustado de 2014 – o resultado operacional da companhia excluindo-se as receitas e custos de construção – foi de R\$11,09 bilhão, contra R\$1,14 bilhão em 2013. Enquanto as receitas de água e esgoto apresentaram elevação de 4,1%, os custos e despesas sem depreciações/amortizações apresentaram elevação de 5,7%. Além disso, as despesas operacionais líquidas passaram de R\$27,0 milhões, em 2013, para um valor negativo de R\$49,4 milhões em 2014. Os detalhes do Desempenho Financeiro estão descritos na seção 4 deste Relatório.

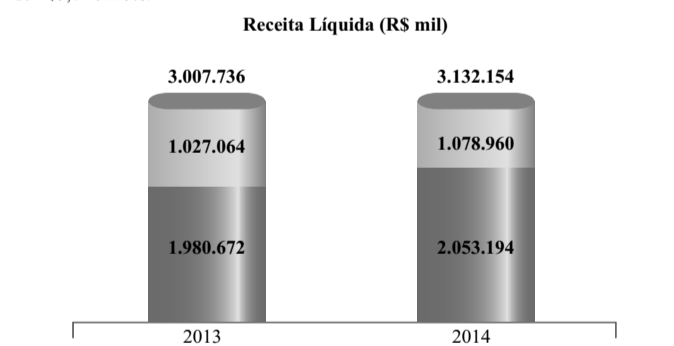
Cálculo do EBITDA*	2014	2013	Var (%)
Lucro líquido do exercício	318.141	419.795	-24,2%
(+) Tributos sobre o lucro	114.499	146.363	-21,8%
(+) Receita financeira líquida	186.810	158.769	17,7%
(+) Depreciações e amortizações	485.605	428.034	13,5%
(+) Resultado não operacional das subsidiárias	2.872	3.938	-27,1%
(=) EBITDA	1.107.927	1.156.899	-4,2%
(-) Receita de construção líquida	16.596	16.509	
(=) EBITDA Ajustado	1.091.331	1.140.390	-4,3%
Margem EBITDA	26,1%	30,0%	
Margem EBITDA ajustada	33,4%	36,3%	

* O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada observando a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, receita financeira líquida, depreciações e amortizações e do resultado não operacional das subsidiárias. A margem EBITDA é calculada sobre a receita total (receita líquida de água e esgoto, receita de construção, adicionados das outras receitas operacionais e das receitas das subsidiárias). Já o EBITDA ajustado é calculado desconsiderando-se as receitas/custos de construção. As receitas de construção, embora não apresentem efeito caixa imediato, geram implicações no exercício em que são reconhecidas, tendo em vista que seu resultado faz parte da base de cálculo para o pagamento dos JCPs/dividendos e para a participação dos empregados nos lucros.

3. Desempenho Financeiro da Controladora

3.1 - Receitas

A receita operacional líquida de água e esgoto da controladora atingiu R\$3,13 bilhões em 2014, representando um crescimento de 4,1% sobre o valor registrado em 2013, que foi de R\$3,01 bilhões.



A elevação observada foi resultante de:

- aumentos de 3,1% e 4,8% nas economias de água e esgoto, respectivamente;
- reajuste tarifário médio de 6,18%, aplicado para consumos a partir de maio de 2014; e
- mudança do percentual de cobrança da tarifa de esgoto, em função do início de operação das estações de tratamento de esgotos (ETEs), em 12 localidades.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RS mil	2014	2013	Var (%)
Custos dos serviços prestados + despesas comerciais e administrativas	2.450.655	2.286.481	7,2%
Pessoal	1.085.758	1.011.363	7,4%
Depreciações e amortizações	485.605	428.033	13,5%
Energia elétrica	258.755	220.560	17,3%
Serviços de terceiros	371.391	394.459	-5,8%
Material	129.885	118.939	9,2%
Custos operacionais diversos	54.457	51.565	5,6%
Repasso tarifário a municípios	73.117	71.933	1,6%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.358	73.672	25,4%
Créditos tributários	(100.671)	(84.044)	19,8%
Custos dos serviços prestados + despesas comerciais e administrativas (sem depreciações/amortizações)	1.965.049	1.858.447	5,7%

Os itens que mais impactaram os custos da COPASA no ano de 2014, em comparação com 2013, foram:

- Pessoal:** elevação de 7,4%, devido, principalmente, aos efeitos do Acordo Coletivo da categoria cuja data base é 1º de maio, sendo que os salários e os benefícios foram reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), cuja variação foi de 5,82%, e o ticket refeição e/ou alimentação foi reajustado em 10%; ao aumento em 5,7% no número de empregados da Companhia; e aos gastos e provisões com o Programa de Desligamento Voluntário de Empregado Aposentado e/ou em condições de se Aposentar (PDV), que totalizaram R\$28,2 milhões em 2014, contra R\$26,8 milhões em 2013.
- Depreciações e amortizações:** elevação de 13,5%, em decorrência do início de depreciação/amortização de ativos em função da incorporação de bens patrimoniais e obras encerradas ao longo do período comparativo.
- Energia elétrica:** a despesa de energia em 2014 apresentou elevação de 17,3%, devido, especialmente, ao reajuste de 14,6% das tarifas de energia elétrica ocorrido em abril de 2014 e ao aumento de consumo decorrente do longo período de estiagem, assim como ao crescimento da Companhia.
- Serviços de terceiros:** esta despesa apresentou queda de 5,8%, em função, principalmente, da eliminação do segundo aviso de débito com Aviso de Recebimento, conforme mencionado no item 4.1 Recitas. Caso esse item fosse desconsiderado, os gastos teriam ficado em linha nos períodos comparativos, sendo que a elevação das despesas com limpeza, vigilância e recepção foi contrabalançada pela queda dos gastos com serviços de transporte contratado e transmissão de dados.
- Materiais:** elevação de 9,2%, devido, principalmente ao aumento nos gastos com "materiais de tratamento" em função do reajuste de preços, bem como pelo maior consumo de produtos químicos devido à piora da qualidade da água em algumas regiões, devido à estiagem. Houve também o incremento dos gastos com "combustíveis, lubrificantes e peças para veículos" em função de aumento nos preços de combustíveis e do incremento do consumo.
- Créditos tributários:** aumento de 19,8% em função de mudança no critério de apropriação destes créditos a partir de setembro de 2013. Até então, tais créditos eram apropriados quando do efetivo consumo dos produtos, passando, a partir de setembro de 2013, a serem considerados quando da aquisição dos produtos, prejudicando a base comparativa. O aumento está relacionado ainda à elevação dos gastos com energia elétrica, insumos e depreciações, que são os principais itens que geram tais créditos.

3.3 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Em 2014, as outras receitas operacionais apresentaram crescimento de 1,5% devido, principalmente, ao aumento no valor da reversão de providências judiciais em função da reclassificação e baixas de processos; e às doações e subvenções para investimentos em estações de tratamento de esgoto referentes a recursos de incentivos fiscais oriundos do PRODES (Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas).

Já as outras despesas operacionais tiveram elevação de 95,5%, em função de: aumento em outras despesas, em função de elevação na provisão do passivo atuarial líquido do plano de saúde que incluiu o plano dos aposentados por invalidez; e aumento em perdas eventuais ou extraordinárias, devido a elevação nas provisões para novos processos judiciais, assim como atualização monetária e reclassificação de processos já existentes; além de perdas de imobilizado em andamento referente a construção de bacias de retenção do córrego Ferrugem. Abaixo quadro com os valores nos períodos comparativos:

Outras receitas (despesas) operacionais (RS mil)	2014	2013	Var (%)
Outras receitas operacionais	110.347	108.727	1,5%
Receita de serviços técnicos	2.424	1.673	
Reversão de provisão não dedutível	26.525	33.057	
Recuperação de contas baixadas	53.296	66.193	
Outras receitas	28.102	7.804	
Outras despesas operacionais	(159.749)	(81.716)	95,5%
Perdas eventuais ou extraordinárias	(102.764)	(53.653)	
Outras despesas	(56.985)	(28.063)	
Outras receitas operacionais líquidas	(49.402)	27.011	-282,9%

3.4 - Receitas (Despesas) Financeiras

Em relação às receitas financeiras, a redução nos itens "juros" e "ganho real em aplicações financeiras" deveu-se, principalmente, ao menor valor disponível em caixa para aplicação em títulos de curto prazo.

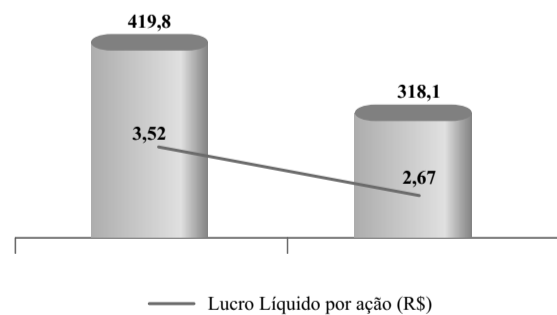
O aumento das despesas financeiras reflete a elevação do endividamento da Companhia, assim como variação cambial da dívida denominada em dólar e euro.

RS mil	2014	2013	Var (%)
Receitas financeiras	77.675	85.834	-9,5%
Variações monetárias e cambiais	21.765	14.201	
Juros	9.894	9.908	
Ganho real em aplicações financeiras	28.481	37.601	
Capitalização de ativos financeiros/outs	17.534	24.125	
Despesas financeiras	(264.486)	(244.603)	8,1%
Variações monetárias e cambiais	(52.301)	(58.036)	
Juros sobre financiamentos	(210.297)	(181.481)	
Diversas	(1.888)	(5.086)	
Resultado financeiro líquido	(186.811)	(158.769)	17,7%

3.5 - Resultado

O lucro líquido da controladora, em 2014, foi de R\$ 318,1 milhões, representando uma rentabilidade de 5,8% sobre o patrimônio líquido. A queda observada reflete um crescimento da receita inferior ao dos custos e despesas, sendo que a receita teve seu desempenho negativamente impactado por fatores como a redução no volume por economia e pela ocorrência de despesas extraordinárias, detalhadas no item "Outras despesas operacionais".

Lucro Líquido (RS milhões)



3.6 - Remuneração aos acionistas

Em observância à Política de Dividendos aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, para o exercício de 2013, distribuir os dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Tais distribuições têm sido realizadas sob a forma de JCP, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto em seu Estatuto Social. Na realização da Assembleia Geral de Acionistas serão ratificadas as distribuições referentes ao exercício. No quadro abaixo, as Declarações de JCPs referente ao exercício de 2014.

Referência	Data da RCA	Data do crédito	Valor bruto (RS milhões)	Valor bruto por ação (RS)	Data do pagamento
1T14	21/03/2014	24/03/2014	34,8	0,2913	20/05/2014
2T14	23/06/2014	24/06/2014	33,4	0,2797	22/08/2014
3T14	19/09/2014	22/09/2014	32,7	0,2745	18/11/2014
4T14	20/03/2015	24/03/2015	2,45	0,02055	*
Acumulado 2014			103,34	0,8660	

* A data de pagamento será definida na AGO que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras de 2014.

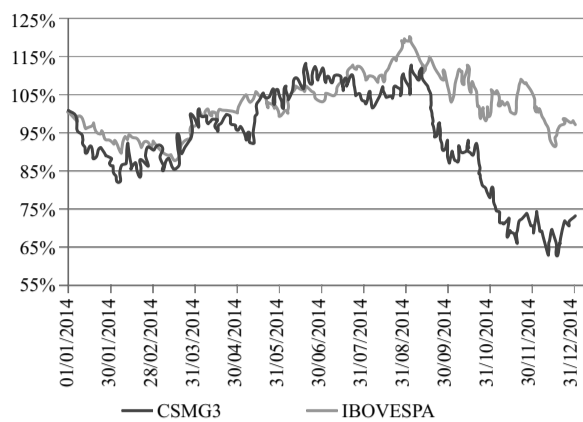
Para 2015 e exercícios subsequentes, conforme definido na Política de Dividendos, caberá ao Conselho de Administração a definição quanto ao percentual do lucro líquido a ser distribuído, após a avaliação dos resultados da Companhia, suas perspectivas de investimento, expectativa de reajuste tarifário, bem como as condições macroeconômicas do país. Tal definição ocorre até o encerramento do primeiro trimestre de cada um dos exercícios.

4. Estrutura Acionária e Desempenho das Ações

A COPASA MG tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o código CSMG3 e está listada no Novo Mercado, segmento mais elevado de governança corporativa, desde a Oferta Pública Inicial de Ações - IPO realizada em 2006.

O capital social da Companhia é de R\$2,77 bilhões, representado por 119.684.430 ações ordinárias. Desse total, 51,1% pertencem ao Governo do Estado de Minas Gerais, 48,6% estão em circulação (*free float*) e o restante, 0,3%, encontra-se em tesouraria.

Em 2014, a cotação das ações, ajustada pelos juros sobre o capital próprio, apresentou uma redução de 30,0%, enquanto, no mesmo período, o índice Ibovespa, que serve como indicador do desempenho médio das cotações das ações de maior representatividade do mercado de capitais brasileiro, apresentou decréscimo de 2,9%. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da Companhia era de, aproximadamente, R\$3,0 bilhões.



Em 2014, as ações da COPASA MG estiveram presentes em 100% dos pregões, com volume médio diário de negociação de R\$8,9 milhões, uma média de 1.410 negócios e de cerca de 280.000 ações negociadas por dia. As ações da COPASA MG fazem parte de importantes índices da BM&FBOVESPA, destacando-se o índice de ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), o Índice de Governança Corporativa Diferenciado (IGC), o Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (IGNM), o Índice Small Caps (SMLL) e o Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT).

5. Governança Corporativa e Relações com Investidores

A COPASA MG, ao aderir ao Novo Mercado da BM&FBovespa, comprometeu-se de forma voluntária com a adoção de práticas de governança corporativa mais rigorosas do que aquelas exigidas pela legislação.

Com relação aos direitos dos acionistas da Companhia, assegurados pela condição de participante do Novo Mercado, destacam-se:

- direito ao voto, pois a COPASA MG possui apenas ações ordinárias;
- free float* (ações em circulação) de no mínimo 25%, sendo que a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014, 48,6% das ações em circulação;
- concessão aos acionistas minoritários de *tag along* de 100%, que é uma extensão aos acionistas minoritários das mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, em caso de oferta para aquisição do controle da Companhia;
- atuação com um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 20% de conselheiros independentes, sendo que a COPASA MG possuía, em 31 de dezembro de 2014, 55,5% de conselheiros independentes;
- resolução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante de seu Estatuto Social.

Com referência à Política de Relações com Investidores - RI, a Companhia busca fornecer subsídios que sejam suficientes para a tomada de decisão em investir nas ações da COPASA MG, por meio de divulgação de informações com transparência, tempestividade e qualidade, visando assim, a redução de assimetria de informações.

Para isso, a Companhia divulga em seu site de RI, as informações relativas às Demonstrações Financeiras, operacionais e suas respectivas análises, bem como as informações corporativas e societárias, entre outras, disponibilizadas e atualizadas sistematicamente nas versões portuguesas e em inglês. Os investidores, analistas e mercado em geral têm à disposição o e-mail ri@copasa.com.br, por meio do qual podem encaminhar sugestões, dúvidas e questionamentos, que são esclarecidos no menor prazo possível.

São também elaborados e colocados à disposição do mercado relatórios sobre o desempenho da COPASA MG. Entre os relatórios mais importantes, podem ser citados o Release Operacional, que é divulgado mensalmente e contém informações sobre o desempenho operacional, e o Release de Resultados, que apresenta uma análise detalhada dos resultados trimestrais. Além disso, são realizadas conferências trimestrais para a divulgação dos resultados e esclarecimento de dúvidas, com a participação da alta administração da Companhia.

Em 2014, a COPASA MG participou de eventos do mercado de capitais. Dentre eles, destacam-se as reuniões no âmbito da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, para a apresentação do desempenho e dos resultados da COPASA MG, que aconteceram em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

A Companhia recebeu também, ao longo do ano, expressivo número de visitas de investidores e analistas dos mercados de capitais nacional e internacional, bem como participou de conferências, seminários e reuniões.

Como resultado dessa forma proativa de comunicação com o mercado, a COPASA MG contava, em dezembro de 2014, com 13 instituições elaborando relatórios com recomendações sobre a Companhia.

6. Prospecção e Inovação Tecnológica

A prospecção e a inovação tecnológica na COPASA MG são feitas por meio de estudos e testes para comprovação da aplicabilidade, qualidade, operacionalidade e custo/benefício de novos produtos e/ou processos na empresa, visando a sua otimização para uma melhor prestação de serviços aos clientes. Para tanto, são assinados convênios (ou termos) de cooperação técnica com universidades, centros de pesquisa e fornecedores do setor de saneamento em geral.

Em 2014, dentre outros, foram realizados estudos com aerador para lagoa de efluentes, de eixo horizontal e pás tubulares que intensificam a correnteza da água, gerando maior oxigenação e, conseqüente, melhor performance na eliminação dos odores emanados, o que significa maior eficiência energética.

Destacam-se, também, os bons resultados na remoção do excesso de flúor natural nas fontes de produção, por meio da utilização do carvão ativado de osso pulverizado. Estudos em escala de demonstração estão sendo executados, com o intuito de avaliar, além da dosagem ideal (remoção apenas do teor de flúor acima do estabelecido pela Portaria 2914 do Ministério da Saúde), a necessidade de outros insumos químicos e o impacto no custo do tratamento.

Dentre as tecnologias prospectadas e implantadas na empresa, ressalta-se a caixa em polícarbonato, que instalada no muro frontal, permite o acesso ao hidrômetro para medição e outros serviços operacionais, mesmo com o portão do imóvel fechado, sem comprometer a segurança do equipamento.

Com relação a Marcas e Patentes, a COPASA MG possui atualmente, entre registros e pedidos de registros no Instituto Nacional de Proteção Industrial - INPI, deztoito cartas patentes (de invenção e de modelo de utilidade), sessenta e quatro marcas e nove programas de computador (softwares).

Ressalta-se, ainda, o projeto P&D estratégico "Cidades do Futuro" da CEMIG Distribuição, que abrange várias áreas de conhecimento, implantando a gestão das unidades consumidoras com leitura automatizada dos dados de medição, um novo conceito de relacionamento com o consumidor. A COPASA MG é parceira da CEMIG em um convenio de cooperação técnica para medição integrada do consumo de água e de energia.

Ainda em 2014 foi concluído o termo de referência para contratação do Plano Diretor de Automação e Informática Industrial - PDAI da empresa. Este plano diretor irá nortear todas as ações da empresa no tocante à automação de seus processos, definindo diretrizes e prioridades que possam garantir futuros projetos de automação mais adequados, estabelecendo mecanismos que permitam que os processos de automação tragam eficiência para a Empresa.

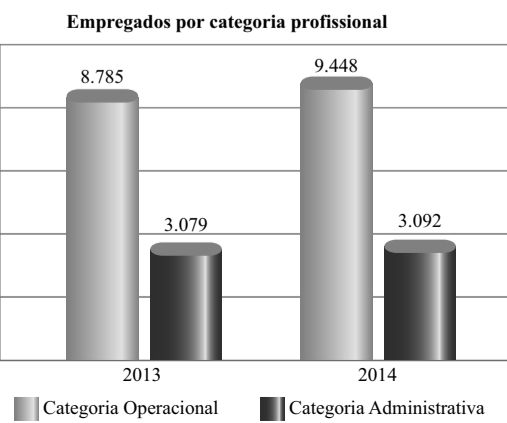
7. Responsabilidade Social

A COPASA MG possui uma forte orientação social, tendo a ética exemplar e a transparência nas relações como um de seus valores. Os diversos investimentos em projetos culturais, esportivos e sociais refletem esse compromisso. Alguns desses projetos, inclusive, incentivam a formação e o desenvolvimento das comunidades com as quais a empresa interage, a exemplo do Coral Infantil Gotas da Canção e da Orquestra Juvenil da COPASA. Dentre os projetos institucionais relevantes podemos citar: Grupo Contadores de Histórias da COPASA, Encontro Marcado, Coral COPASA e Galeria de Arte COPASA.

Cabe destacar também o Programa Chuá, criado em 1986 com o objetivo de expandir a educação sanitária e ambiental em todo Estado de Minas Gerais e, em especial, a todas as unidades operadas pela Empresa. O Programa abrange, além das questões sobre a água no planeta, noções sobre saneamento básico e sustentabilidade. Desde a sua criação, mais de 2,5 milhões de estudantes já foram beneficiados com o Programa, recebendo informações da empresa através de palestras e visitas monitoradas.

7.1 Recursos Humanos

A COPASA MG (controladora) encerrou o exercício de 2014 com 12.540 empregados, conforme distribuição apresentada no quadro abaixo:



Em decorrência de desligamentos de empregados, necessidade de reposição de vagas, criação de unidades organizacionais e início de operação de novos sistemas, a contratação por concurso público de mais de 900 profissionais de diversas especialidades foi um dos fatores que contribuíram, em 2014, para o cumprimento da estratégia de manter e, sobretudo, ampliar a atuação da empresa no mercado.

Atenta à necessidade de valorização dos colaboradores para estimular a melhoria constante do desempenho organizacional, a COPASA MG aplica políticas de crescimento na carreira por mérito, referenciadas no Modelo de Excelência da Gestão - MEG. Dentre elas, destacam-se as movimentações funcionais da força de trabalho para vagas ascendentes, o recrutamento e seleção interna para cargos gerenciais e efetivos, e as avaliações de desempenho por competência que, em 2014, beneficiaram 2.736 empregados.

Em 2014 a Empresa ofereceu 35.826 oportunidades de treinamento, correspondendo a 401.273 horas de capacitação, além de subsidiar 216 cursos técnicos com reembolso de 90% do valor das matrículas e mensalidades.

Para os empregados que se encontram aposentados ou em condições de se aposentar e espontaneamente manifestam sua intenção de desligar-se da Empresa, a COPASA MG oferece o Programa de Desligamento Voluntário de Empregados Aposentados e/ou em Condições de se Aposentar - PDV, que já possibilitou o desligamento de 896 empregados, sendo 174 em 2014.

7.2 - Dimensão social

Dentre os diversos programas sociais desenvolvidos pela COPASA MG destacam-se:

Saneamento rural: a COPASA MG participa das ações do Governo Estadual no atendimento às pequenas localidades carentes de infraestrutura sanitária, implementando diversos programas sociais em sedes municipais, comunidades rurais e escolas estaduais efetivados por convênios e/ou contratos. Estes programas visam à melhoria da qualidade de vida e da saúde das populações onde a COPASA MG não detém a concessão para prestação dos serviços, por meio da implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos.

Aprediz: em convênio com o SENAI, possibilitou a contratação, em 2014, de 238 jovens com idade variando de 16 a 24 anos, contribuindo para sua capacitação, desenvolvimento e consequente aumento das chances de inserção no mercado de trabalho.

Confia em 6%: o Programa de Doações dos Empregados da COPASA MG para o Fundo da Infância e da Adolescência - CONFIA EM 6%, proporciona aos empregados da empresa a oportunidade de destinar parte do imposto de renda devido a entidades filantrópicas de assistência a crianças e adolescentes carentes. A Campanha 2014 teve uma arrecadação de R\$ 800 mil, representando um aumento de 6% em relação à arrecadação do ano anterior, com a adesão de 994 empregados, um aumento de 9% em relação à edição anterior. Foram contemplados 44 Conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e 73 entidades de vários municípios.

Outros programas e ações

Manutenção da saúde e da qualidade de vida dos empregados e de seus familiares

Além de um amplo Programa de Benefícios, a COPASA MG possui programas específicos voltados para a saúde e bem-estar dos empregados e seus familiares.

Apoios, patrocínios e eventos relevantes

A COPASA MG fomenta a produção, a criação e a difusão de diversos eventos culturais investindo na qualidade e amplitude das artes cênicas e plásticas fortalecendo seu papel de agente transformador em prol do desenvolvimento econômico e social nas localidades onde opera. Os apoios e patrocínios buscam a democratização das artes no Estado, proporcionando momentos de lazer, cultura e entretenimento para a população mineira.

8. Responsabilidade Ambiental

Política Ambiental

A Política de Gestão Ambiental da COPASA MG está inserida no Planejamento Estratégico da Empresa com vigência para o período de 2013 a 2017, e estabelece como objetivo estratégico "**fortalecer a atuação socioambiental**" com a preocupação de agir nas questões sociais e ambientais relacionadas aos processos e serviços realizados pela Companhia.

Para garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público, a COPASA MG mantém atualmente 15 reservas ambientais, em todo o Estado, totalizando mais de 24 mil hectares de áreas preservadas. Além disso, promove também ações de educação ambiental para a formação de cidadãos mais conscientes, investindo em projetos e ações com foco na preservação dos mananciais do Estado de Minas Gerais e na prática da sustentabilidade ambiental.

Licenciamento Ambiental

Os projetos da Companhia são avaliados pela área ambiental, que realiza os estudos necessários e providencia as devidas licenças junto aos órgãos competentes. Em 2014 foram obtidas pela empresa 1978 outorgas de captação de água, 168 licenças ambientais para obras de água e esgoto, foram outorgadas vazões captáveis da ordem de 60,43m³/s, além de terem sido feitas solicitações para perfuração de 329 poços profundos e ter obtido a liberação para perfuração de 346 novos poços.

Captação de Água

A COPASA MG é proprietária ou possui direito de uso da terra das áreas de captação dos seus sistemas de produção de água (posição em 31 de dezembro de 2014):

Outorgas estaduais e federais	Quantidade	Volume outorgado para utilização
Captações superficiais	648	48,53m³/s
Captações subterrâneas	1.330	11,90m³/s
Total Outorgado	1.978	60,43m³/s

Pagamento pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança pelo uso de recursos hídricos é um instrumento econômico de gestão das águas previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos e na Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

Em 2014, o valor total pago foi de R\$12,66 milhões, sendo R\$11,48 milhões na esfera estadual (bacias dos rios Piracicaba, Jaguari, Araguari, Velhas, Piracicaba, Caratinga, Piranga, Suaçuí Grande, Santo Antônio e Manhuçu) e R\$1,17 milhões na esfera federal (bacias dos rios Doce, Paraíba do Sul, São Francisco, PCJ/Piracicaba, Capivari e Jundiá).

Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas

A COPASA MG possui representantes nos 36 Comitês Estaduais de Bacias Hidrográficas (CBHs) existentes em Minas Gerais e em 4 Comitês Federais de Bacias Hidrográficas e vem desenvolvendo um trabalho no sentido de acompanhar suas ações de forma efetiva e dinâmica, de forma a garantir a recuperação e a preservação dos recursos hídricos do Estado.

Ações de Educação Ambiental

- Centro de Educação Ambiental:** o CEAM - Barreiro está situado em uma área de Proteção Especial, em Belo Horizonte, para fins de Preservação Ambiental.
- Educação ambiental nas escolas:** promove seminários, palestras e desenvolvimento de atividades voltadas ao assunto esgotamento sanitário, para cerca de 1.430 alunos.
- Programa de Proteção de Mananciais:** para a recuperação, proteção e preservação das sub-bacias dos mananciais utilizados pela COPASA MG, de forma a garantir a vida útil dos mesmos e a continuidade de captação de água para abastecimento público e a proteção ambiental, em parceria com os proprietários rurais, compromissados com o sucesso do programa. Em 2014, o programa beneficiou comunidades rurais em 61 municípios.

Reservas Ambientais

A COPASA MG mantém atualmente 15 reservas ambientais em todo o Estado, totalizando 24.297 hectares de áreas preservadas. Essas reservas sofrem vigilância patrimonial 24 horas/dia, para se evitar riscos aos mananciais, presença de invasores (pescadores, caçadores), riscos de incêndio e a degradação da flora e fauna nativa.

Monitoramento de Recursos Hídricos

A COPASA MG monitora a qualidade das águas em 1.588 pontos amostrais nos seus mananciais superficiais e subterrâneos nas cidades operadas pela Empresa em todo o Estado de Minas Gerais. Monitora ainda a quantidade de seus mananciais em 400 estações fluviométricas, controla uma rede de pluviômetros em 540 localidades, executa o auto monitoramento de 912 pontos amostrais em 189 estações de tratamento de esgotos, e todos os dados coletados são armazenados em bancos de dados específicos e disponibilizados para consulta, auxiliando na determinação das características geo-hidrologicas e hidro-climáticas das diversas regiões mineiras.

Projeto Manuelzo

A COPASA MG realiza estudos de monitoramento na bacia do Rio das Velhas, beneficiada por intervenções de saneamento ambiental por parte da empresa na RMBH, e de movimentos sociais organizados nas sub-bacias e microbacias. Em 2014, foi assinado novo convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP para o desenvolvimento de ações de mobilização, monitoramento e educação dentro da concepção de abordagem ecossistêmica na bacia do Rio das Velhas, articulando ações do Projeto Manuelzo e da COPASA MG para alcançar as metas de melhoria da qualidade das águas e a recuperação da fauna em toda a extensão do rio. Pesquisadores e ribeirinhos declaram que o rio recuperou seu processo de revitalização. Um resultado positivo, talvez o mais simbólico tenha sido a volta dos peixes, com algumas espécies já podendo ser capturadas na região próxima de Lagoa Santa.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2014 - Empresa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

1 - Base de Cálculo	2014 Valor (mil reais)			2013 Valor (mil reais)		
	Receita líquida de água e esgoto (RL)¹			3.132.154		
Receita líquida total²			4.110.455			3.714.818
Resultado do pagamento (RO)³			432.640			566.158
Folha de pagamento bruta (FPB)			1.085.758			1.011.363
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	134.548	12,39%	4,30%	116.746	11,54%	3,88%
Encargos sociais compulsórios	239.846	22,09%	7,66%	235.379	23,27%	7,83%
Previdência privada	38.008	3,50%	1,21%	37.282	3,69%	1,24%
Saúde	50.342	4,64%	1,61%	47.425	4,69%	1,58%
Segurança e saúde no trabalho	7.813	0,72%	0,25%	6.928	0,69%	0,23%
Educação	3.125	0,29%	0,10%	2.829	0,28%	0,09%
Cultura	223	0,02%	0,01%	191	0,02%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.623	0,15%	0,05%	1.912	0,19%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	850	0,08%	0,03%	846	0,08%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	19.868	1,83%	0,63%	32.670	3,23%	1,09%
Outros	12.414	1,14%	0,40%	11.649	1,15%	0,39%
Total - Indicadores sociais internos	508.660	46,85%	16,24%	493.857	48,83%	16,42%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.754	0,41%	0,06%	1.084	0,19%	0,04%
Cultura	3.759	0,87%	0,12%	3.355	0,59%	0,11%
Saúde e saneamento⁴	358.849	82,94%	11,46%	277.249	48,97%	9,22%
Esporte	841	0,19%	0,03%	874	0,15%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	29	0,01%	0,00%
Outros	440	0,10%	0,01%	535	0,09%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	365.643	84,51%	11,67%	283.126	50,01%	9,41%
Tributos (excluídos encargos sociais)	366.529	84,72%	11,70%	381.832	67,44%	12,69%
Total - Indicadores sociais externos	732.172	169,23%	23,38%	664.958	117,45%	22,11%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	423.444	97,87%	13,52%	363.947	64,28%	12,10%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	13.267	3,07%	0,42%	7.335	1,30%	0,24%
Total dos investimentos em ambiente externo	436.711	100,94%	13,94%	371.282	65,58%	12,34%

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais:

(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014	2013
Número de empregados ao final do período	12.540	11.864
Número de admissões durante o período	1.048	767
Número de empregados terceirizados⁴	1.150	1.340
Número de estagiários	109	103
Número de empregados acima de 45 anos	5.469	5.262
Número de mulheres que trabalham na empresa	1.213	1.177
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,70%	20,98%
Número de negros que trabalham na empresa	5.503	5.031
% de cargos de chefia ocupados por negros	15,42%	14,28%
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	547	469

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014	Metas 2015
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,82	ND
Número total de acidentes de trabalho	297	282
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerências () todos os empregados	() direção (X) direção e gerências () todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos os empregados (X) todos + Cipa	() direção e gerências () todos os empregados (X) todos + Cipa
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a Empresa:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	() não se envolverá (X) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos os empregados	() direção () direção e gerências (X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (X) todos os empregados	() direção () direção e gerências (X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não serão considerados () serão sugeridos (X) serão exigidos
Quando à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve (X) apoia () organiza e incentiva	() não se envolverá (X) apoiará () organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na empresa: 1.135.513 no Procon: 98	na empresa: 1.108.341 no Procon: 88
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100% no Procon: 100%	na empresa: 100% no Procon: 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 2.058.949	Em 2013: 2.094.570
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	26,69% governo 5,02% acionistas 10,43% retido	44,82% colaboradores 13,04% terceiros
		26,60% governo 6,66% acionistas 13,38% retido

7 - Outras Informações

CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento.

Esclarecimentos sobre as informações declaradas: Divisão de Responsabilidade Social, telefone 55 31 3250.1560, e-mail dvr@copasa.com.br.

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

¹ Esta empresa considerado o valor da Receita Líquida proveniente das atividades principais da Companhia, ou seja, serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o cálculo dos indicadores, não sendo considerado o valor das Receitas de Construção advindas da conversão para o IFRS.

² Receita líquida de água e esgoto + receita de construção.

³ O aumento no valor deve-se à ampliação das famílias beneficiadas com a Tarifa Social, em conformidade com a Resolução Normativa 020/2012 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE MG).

⁴ O número de empregados(as) terceirizados(as) é estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente.

BALANÇO PATRIMONIAL											
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	06	329.068	260.481	331.039	261.938	Empréstimos e financiamentos	12	326.153	196.259	327.074	275.663
Contas a receber de clientes	07	686.085	697.105	690.726	702.205	Debêntures	12	281.779	275.267	281.779	275.267
Estoques		41.251	34.486	43.907	37.166	Fornecedores		114.433	135.338	128.471	156.104
Impostos a recuperar		19.829	23.283	21.405	24.436	Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais	11	50.289	53.385	50.836	53.914
Convênio de cooperação técnica	16	37.394	-	49.863	12.298	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	379	-	379
Bancos e aplicações de convênio	16	24.493	36.688	25.151	36.794	Parcelamento de impostos	11	47.403	41.144	47.403	41.144
Créditos diversos		31.789	27.665	27.310	25.201	Provisão para férias		98.436	92.023	99.145	92.679
Total do ativo circulante		1.169.909	1.079.708	1.189.401	1.100.038	Participação dos empregados nos lucros	14	19.868	33.087	19.868	33.087
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo:						Convênio de cooperação técnica	16	-	6.547	-	-
Contas a receber de clientes	07	197.511	212.580	197.511	212.580	Obrigações de benefício de aposentadoria	17	28.730	26.409	28.730	26.409
Caução em garantia de financiamentos	07	137.208	133.410	137.208	133.410	Juros sobre o capital próprio	18	2.516	31.646	2.516	31.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	134.585	118.944	134.585	118.944	Energia elétrica		6.930	10.832	7.433	11.202
Créditos com controladas	07/26	81.774	109.790	-	-	Obrigações diversas	11	29.444	12.317	29.625	12.343
Aplicação financeira vinculada	07	16.432	97.380	81.774	97.380	Total do passivo circulante		1.005.981	914.633	1.022.820	930.837
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	40.748	48.638	40.748	48.638	NÃO CIRCULANTE					
Ativos financeiros - contratos de concessão	05	558.964	494.836	558.964	494.836	Empréstimos e financiamentos	12	1.263.636	1.192.469	1.265.276	1.193.498
Créditos diversos	07	49.333	54.524	49.603	54.835	Debêntures	12	1.563.261	1.492.272	1.563.261	1.492.272
Investimentos	08	13.838	260	260	260	Parcerias público-privada	09	279.885	-	279.885	-
Intangível	09	7.558.877	6.900.753	7.558.877	6.900.755	Parcelamento de impostos	11	197.511	212.580	197.511	212.580
Imobilizado	10	195.462	205.478	213.044	226.794	Provisão para demandas judiciais	13	113.758	76.474	113.758	77.753
Total do ativo não circulante		8.984.732	8.376.593	8.972.574	8.288.432	Obrigações de benefício de aposentadoria	17	121.582	106.010	121.582	106.010
TOTAL DO ATIVO		10.154.641	9.456.301	10.161.975	9.388.470	Provisão para perdas em investimentos	8	13.171	86.346	-	-
						Obrigações diversas	11	59.292	38.158	59.294	38.161
						Total do passivo não circulante		3.612.096	3.204.309	3.602.591	3.120.274
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social realizado	18	2.773.985	2.773.985	2.773.985	2.773.985
						Reservas de lucro	18	2.726.965	2.508.330	2.726.965	2.508.330
						Ações em tesouraria	18	(8.576)	(8.576)	(8.576)	(8.576)
						Ajustes de avaliação patrimonial	18	44.190	63.620	44.190	63.620
						Total do patrimônio líquido		5.536.564	5.337.359	5.536.564	5.337.359
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.154.641	9.456.301	10.161.975	9.388.470

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
	2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013	
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	22	4.110.455	3.714.818	4.131.432	3.733.397	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
Custo das vendas e dos serviços prestados	23	(2.703.759)	(2.322.956)	(2.723.280)	(2.341.918)		318.141	419.795	318.141	419.795
LUCRO BRUTO		1.406.696	1.391.862	1.408.152	1.391.479	Outros componentes do resultado abrangente				
Despesas com vendas	23	(263.311)	(230.568)	(266.888)	(234.983)	Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Despesas administrativas	23	(445.290)	(423.531)	(450.812)	(430.095)	Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria				
Outras receitas operacionais	22	110.347	108.727	113.765	111.735	17	(10.389)	100.485	(10.389)	100.485
Outras despesas operacionais	23	(159.749)	(81.716)	(164.602)	(79.183)	Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:				
Participação dos empregados no lucro	23	(19.818)	(32.670)	(19.818)	(32.670)	Ativos financeiros disponíveis para venda				
Participação no resultado de controladas	08/23	(9.425)	(7.177)	-	-		(5.207)	13.060	(5.207)	13.060
		(787.246)	(666.935)	(788.355)	(665.198)	OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS				
LUCRO OPERACIONAL		619.450	724.927	619.797	726.281					
Receitas financeiras	25	77.675	85.834	76.465	84.687	TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO				
Despesas financeiras	25	(264.485)	(244.603)	(263.622)	(244.747)		302.545	533.340	302.545	533.340
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(186.810)	(158.769)	(187.157)	(160.060)	DO EXERCÍCIO				
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		432.640	566.158	432.640	566.221					
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(122.106)	(138.681)	(122.106)	(138.744)					
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	7.607	(7.682)	7.607	(7.682)					
		(114.499)	(146.363)	(114.499)	(14					

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria-Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui dois segmentos distintos, um representado pelo segmento de serviços de água e esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, e o outro representado pela venda de produtos pela sua subsidiária Copasa Águas Minerais de Minas S/A. As informações por segmentos são demonstradas na Nota 19.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 Ativos financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

3.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia e suas subsidiárias, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas subsidiárias pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia e suas subsidiárias avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável.

Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

- **Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:**
Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.
- **Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:**
É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos há mais de 180 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado. Para os créditos de valor até R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica "despesas com vendas".
Para os créditos de valor acima de R\$30, vencidos há mais de 360 dias, é realizada a reversão da provisão e a baixa definitiva desses créditos contra o resultado, na rubrica "despesas com vendas", desde que já esteja iniciado o processo de cobrança judicial. Caso contrário, esses valores são mantidos na conta de provisão para perda ao valor recuperável.
- **Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:**
Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.
- **Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:**
A Companhia não constitui provisão para perda ao valor recuperável dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.
- **Provisão complementar:**
A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que já possuem futura(s) inserida(s) na provisão para perda ao valor recuperável.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade

ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.7 Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (município) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.9 Ativos intangíveis

(a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 3.20, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 3.7. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo de aquisição é acrescido pelos efeitos da hiperinflação, nos termos do IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA MG de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios, acrescidos de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia aos municípios como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.10 Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, nos termos da IAS 29, no período em que a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos, que possam ser mensurados com segurança e a vida útil econômica for superior a doze meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações.....	25 - 40
Máquinas.....	10 - 15
Véículos.....	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos.....	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo ou da companhia de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 3.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "outras receitas/despesas operacionais" na demonstração do resultado.

3.11 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.12 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concede. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos são não diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado, em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15 Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço dos países que a controladora e suas controladas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferido são gerados por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferido passivo são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias de créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- o imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário;
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizada. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

(c) Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social.....	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social.....	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*).....	7,00 a 18,00

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

3.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera três planos de pensão: benefício definido, benefício de fundo saldaado e de contribuição definida. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço de empregado no período corrente e anterior. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novos adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldaado e do novo Plano de Contribuição Definida. Essa estratégia resultou em uma redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldaado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano recebe apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC") e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante e aplicadas conforme Nota 17. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual à contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

3.18 Capital social

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

(a) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de prestação de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita é atribuída com base na taxa do custo ponderado médio de capital - WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável (*impairment*) é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(d) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das mercadorias é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, e provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

(e) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.20 Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com intervenção do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrança de tarifa dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado na Nota 3.9.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto aquele com o Município de Ipatinga, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado ao valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado na Nota 3.7.

3.21 Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

3.22 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das vendas para créditos de liquidação devidos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(a) IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

(b) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por custo do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 aborda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento de receita de construção

A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, que é adicionada aos custos de construção incorridos, gerando o total que é reconhecido como receita de construção, de acordo com o CPC 17 e IAS 11 - Contratos de Construção. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos contratos contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a margem da receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$18.256. Caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da Administração, a margem da receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$14.936.

(b) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros, que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

(d) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 13.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 894 localidades do Estado de Minas Gerais. Os Contratos de Concessão e/ou os Contratos de Programa são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante minuciosos em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

As tarifas para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são reguladas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE - MG). Estas tarifas devem garantir a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços, como exposto na Lei Federal nº. 11.445/07, cabendo, portanto, à ARSAE-MG determiná-las através de revisões periódicas, bem como proceder aos seus respectivos reajustes anuais que tem por objetivo o realinhamento de preços das tarifas, em face à inflação. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água e esgoto faturados multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões, bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, estão descritos na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, R\$558.964 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões (R\$494.836 em dezembro de 2013) por ativos não depreciados no período da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos saldos da Companhia de contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos, para fins de prestação dos serviços de concessão, e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receitas de construção.....	978.301	707.082
Custos de construção.....	(961.705)	(690.573)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Recursos em caixa e bancos.....	49.509	40.125	51.480	41.582
Certificados de depósitos bancários de curto prazo.....	279.559	220.356	279.559	220.356
Total.....	329.068	260.481	331.039	261.938

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2014, foi de 100,0% a 110,5% (2013 -100,0% a 110,5%). O exercício de 2014 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$21.933 (R\$28.237 em 2013).

Nos exercícios de 2014 e de 2013, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro.....	220.356	449.223	220.356	449.223
Novas aplicações.....	2.612.585	1.724.259	2.612.585	1.724.980
Rendimentos.....	21.933	28.237	21.934	28.282
Resgates.....	(2.575.315)	(1.981.363)	(2.575.316)	(1.982.129)
Em 31 de dezembro.....	279.559	220.356	279.559	220.356

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

(a) Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer.....	196.575	253.415	199.674	256.176
Vencidos até 30 dias.....	71.479	51.071	72.209	51.627
Vencidos de 31 até 60 dias.....	38.286	32.778	38.766	33.135
Vencidos de 61 até 90 dias.....	20.011	22.598	20.348	22.844
Vencidos de 91 até 180 dias.....	30.117	32.919	30.844	33.278
Vencidos acima de 180 dias.....	21.864	16.186	22.029	16.362
Valores faturados.....	378.332	408.967	383.870	413.422
Valores a faturar.....	338.021	311.474	338.702	312.787
Contas a receber de clientes.....	716.353	720.441	722.572	726.209
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes.....	(30.268)	(23.336)	(31.846)	(24.004)
Contas a receber de longo prazo (i).....	686.085	697.105	690.726	702.205
Contas a receber de clientes, líquidas.....	197.511	212.580	197.511	212.580
Total.....	883.596	909.685	888.237	914.785

(i) Refere-se a termo de compensação realizado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota 11.

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014, do total das contas a receber de clientes da controladora, no valor de R\$732.107 (R\$777.469 em dezembro de 2013) e do consolidado R\$735.887 (R\$781.543 em dezembro de 2013) estavam adimplentes.

Em 31 de dezembro de 2014, na controladora as contas a receber de clientes no valor de R\$151.489 (R\$132.216 em dezembro de 2013) e do consolidado R\$152.350 (R\$133.242 em dezembro de 2013) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Até três meses.....	114.047	100.298	114.410	101.014
De três a seis meses.....	28.330	24.575	28.795	24.863
Acima de seis meses.....	9.112	7.343	9.145	7.365
Total.....	151.489	132.216	152.350	133.242

Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber de clientes da controladora, no total de R\$30.268 (R\$23.336 em dezembro de 2013) e do consolidado, no valor de R\$31.846 (R\$24.004 em dezembro de 2013) são consideradas irrecuperáveis. As contas a receber

individualmente irrecuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais é vedada, legalmente, a interrupção dos serviços de fornecimento de água tratada e coleta e esgotamento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada.

Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer.....	1.557	1.650	1.634	1.697
Vencidos até 30 dias.....	1.797	1.423	1.891	1.463
Vencidos de 31 a 60 dias.....	1.741	1.418	1.831	1.458
Vencidos de 61 a 90 dias.....	1.714	1.333	1.804	1.373
Vencidos de 91 a 180 dias.....	5.108	4.432	5.375	4.559
Vencidos de 181 a 360 dias.....	10.510	8.431	11.057	8.671
Vencidos acima de 360 dias.....	7.245	4.649	8.254	4.783
Total.....	30.268	23.336	31.846	24.004

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro.....	23.336	19.517	24.004	19.910
Provisão para perdas de contas a receber.....	92.358	73.672	95.377	75.648
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(85.426)	(69.853)	(87.535)	(71.554)
Em 31 de dezembro.....	30.268	23.336	31.846	24.004

A provisão para perdas do valor recuperável do contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(b) Demais contas a receber

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contém ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 20).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (i).....	137.208	133.410	137.208	133.410
Créditos com controladas (ii).....	48.432	109.790	-	-
Aplicação financeira vinculada (iii).....	16.945	28.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

(b) Consolidado

	31/12/2014		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.847.554	(2.778.301)	2.069.253
Esgotamento sanitário	4.410.064	(1.237.415)	3.172.649
Sistemas de uso comum	846.006	(588.397)	257.609
Direitos de uso	372.265	(131.591)	240.674
Outros	90.320	(10.597)	79.723
Total em operação	10.566.209	(4.746.301)	5.819.908
Em obras			
Obras em andamento	1.738.969	-	1.738.969
Total em obras	1.738.969	-	1.738.969
Total do intangível	12.305.178	(4.746.301)	7.558.877

	31/12/2013		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação			
Sistemas de água	4.691.263	(2.612.522)	2.078.741
Esgotamento sanitário	3.627.138	(1.051.718)	2.575.420
Sistemas de uso comum	700.883	(517.595)	183.288
Direitos de uso	337.927	(116.605)	221.322
Outros	78.459	(8.341)	70.118
Total em operação	9.435.670	(4.306.781)	5.128.889
Em obras			
Obras em andamento	1.771.866	-	1.771.866
Total em obras	1.771.866	-	1.771.866
Total do intangível	11.207.536	(4.306.781)	6.900.755

A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de						
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum (i)	Direitos de uso	Outros	Em formação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.078.741	2.575.420	183.288	221.322	70.118	1.771.866	6.900.755
Adições	68.767	72.603	33.000	14.726	21.031	655.849	865.976
Baixas	(56)	(85)	(306)	-	-	(1.582)	(22.644)
Amortização	(168.257)	(187.494)	(72.476)	(14.913)	-	(2.976)	(446.116)
PPP - Rio Manso	-	-	-	-	-	279.885	279.885
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	43.610	43.610
Transferências para ativo financeiro	(1.684)	(44.719)	(3.649)	217	(1.321)	-	(51.156)
Transferências	89.826	754.862	116.628	19.286	(5.881)	(981.627)	(15.906)
Outros	1.916	2.062	124	36	334	1	4.473
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.069.253	3.172.649	257.609	240.674	79.723	1.738.969	7.558.877

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$441.637 como custo dos serviços prestados, de R\$253 como despesas comerciais e de R\$4.226 como despesas administrativas (R\$391.700, R\$21 e R\$1.150, respectivamente, no exercício de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, as adições ao intangível, no montante de R\$865.976, referem-se substancialmente a obras de ampliação da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão Arrudas, implantação do sistema de tratamento de esgoto de Ibirité e melhorias no sistema de esgotamento sanitário em Caratinga, Contagem e Betim.

(i) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum", a partir do exercício de 2012.

(c) Parceria público-privada - PPP

Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a Odebrecht Ambiental - Manso S.A., sociedade de propósito específico, assinaram contrato de Parceria público-privada, na modalidade de Concessão Administrativa, para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

O prazo de vigência do contrato é de 15 (quinze) anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 20 de dezembro de 2013.

O prazo de vigência contratual contempla (i) o prazo de realização das obras, de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, e (ii) o prazo subsequente de prestação dos serviços, correspondente a 13 (treze) anos. O prazo de vigência estabelecido poderá ser prorrogado nos termos da lei, exclusivamente para a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A contraprestação a que a Sociedade de Propósito Específico - SPE fará jus será paga a partir da data de emissão da autorização para início da operação.

As medições de obras realizadas no exercício de 2014 foram registradas a débito do ativo intangível pelo valor de R\$279.885 e a crédito do passivo não circulante, na rubrica parceria público-privada - Rio Manso.

Este contrato de Parceria público-privada está garantido pela cessão fiduciária de parcela da receita decorrente da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante que corresponda, mensalmente, a 1/12 (um doze avos) do valor anual previsto para cada ano de vigência do referido contrato, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 1/6 (um sexto) do valor anual previsto para cada ano de vigência do referido contrato. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$10.573 (em dezembro de 2013 não havia esta caução).

10. Imobilizado

(a) Controladora

	31/12/2014			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Em operação				
Máquinas e equipamentos	267.588	(183.987)	83.601	
Veículos	137.261	(108.343)	28.918	
Outros	191	(176)	15	
	405.040	(292.506)	112.534	
Terrenos e edificações	161.896	(78.968)	82.928	
Total em operação	566.936	(371.474)	195.462	
Total do imobilizado	566.936	(371.474)	195.462	
	31/12/2013			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Em operação				
Máquinas e equipamentos	252.734	(165.305)	87.429	
Veículos	141.973	(106.758)	35.215	
Outros	191	(172)	19	
	394.898	(272.235)	122.663	
Terrenos e edificações	158.559	(75.744)	82.815	
Total em operação	553.457	(347.979)	205.478	
Total do imobilizado	553.457	(347.979)	205.478	

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos					Veículos		Terrenos e edificações		Total
	Equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total	Terrenos e edificações	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	87.429	35.215	19	82.815	205.478					
Adições	12.663	-	-	1.405	14.068					
Baixas	(405)	(63)	-	(3.504)	(486)					
Depreciação	(25.511)	(10.472)	(4)	(3.504)	(39.491)					
Transferências	9.438	4.238	-	2.230	15.906					
Outros	(13)	-	-	-	(13)					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	83.601	28.918	15	82.928	195.462					

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$22.415 como custo dos serviços prestados, de R\$6.125 como despesas comerciais e de R\$10.951 como despesas administrativas (R\$21.095, R\$4.588 e R\$9.300, respectivamente, no exercício de 2013).

(b) Consolidado

	31/12/2014			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Em operação				
Máquinas e equipamentos	288.629	(192.317)	96.312	
Veículos	137.886	(108.959)	28.927	
Outros	348	(301)	47	
	426.863	(301.577)	125.286	
Terrenos e edificações	167.865	(80.107)	87.758	
Total em operação	594.728	(381.684)	213.044	
Total do imobilizado	594.728	(381.684)	213.044	
	31/12/2013			
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Em operação				
Máquinas e equipamentos	275.717	(172.063)	103.654	
Veículos	142.712	(107.480)	35.232	
Outros	348	(295)	53	
	418.777	(279.838)	138.939	
Terrenos e edificações	164.348	(76.493)	87.855	
Total em operação	583.125	(356.331)	226.794	
Total do imobilizado	583.125	(356.331)	226.794	

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos					Veículos		Terrenos e edificações		Total
	Equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total	Terrenos e edificações	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	103.654	35.232	53	87.855	226.794					
Adições	12.681	-	-	1.585	14.266					
Baixas	(1.740)	(63)	-	(18)	(1.821)					
Depreciação	(27.655)	(10.480)	(8)	(3.871)	(42.014)					
Transferências	9.438	4.238	-	2.230	15.906					
Outros	(66)	-	2	(23)	(87)					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	86.312	28.927	47	87.758	213.044					

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$24.867 como custo dos serviços prestados, de R\$6.125 como despesas comerciais e de R\$11.022 como despesas administrativas (R\$23.523, R\$4.588 e R\$9.446, respectivamente, no exercício de 2013).

11. Outras Obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais (i)	50.289	53.764	50.836	54.293
Parcelamento de impostos (ii)	244.914	253.724	244.914	253.724
Depósito para obras (iii)	47.557	30.389	47.560	30.392
Obrigações diversas	41.179	20.086	41.359	20.112
Total	383.939	357.963	384.669	358.521
Passivo não circulante	(256.803)	(250.738)	(256.805)	(250.741)
Passivo circulante	127.136	107.225	127.864	107.780

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

(i) Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais são passivos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
INSS	20.336	19.169	20.518	19.378
COFINS	12.381	15.733	12.482	15.824
PIS	2.688	3.416	2.710	3.436
IRRF	7.196	6.788	7.229	6.817
FGTS	3.580	4.814	3.626	4.869
Outros	4.108	3.465	4.271	3.590
Passivo circulante	50.289	53.385	50.836	53.914

(ii) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA MG serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2014, restam 62 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.

(iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA MG, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado baseado no cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras espúlas nos esgotos. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência.

Em 31 de dezembro de 2014 existem os seguintes contratos assinados pela COPASA MG e a ANA:

ETE	Data		Contrato		Saldo atual	
	Assinatura	Vencimento	Número	Valor	Nota 07 (b)	
Betim Central	11/12/2007	31/12/2017	039/2007	10.160	12.233	
Ibirité	21/12/2011	31/12/2018	099/2011	4.612	5.709	
Patos de Minas	18/12/2012	31/12/2018	099/2012	8.114	9.349	
Cataguases	19/12/2013	01/10/2018	101/2013	3.538	3.849	
Carmo do Paranaíba	19/12/2013	30/06/2018	104/2013	2.342	2.548	
Mateus Leme	19/12/2013	30/06/2020	105/2013	2.442	2.652	
São Gotardo	19/12/2013	30/11/2018	106/2013	3.235	3.520	
Igarapé	31/12/2013	31/08/2020	111/2013	4.324	4.662	
Ribeirão das Neves/Veneza	31/12/2013	31/12/2018	112/2013	4.061	4.378	
Timóteo e Coronel Fabriciano	12/12/2014	31/12/2021	084/2014	2.809	-	
Caratinga	12/12/2014	31/01/2020	086/2014	6.437	-	
Ribeirão das Neves/Sede	12/12/2014	30/11/2021	087/2014	5.358	-	
Total				57.432	48.945	

Em 31 de dezembro de 2014, os recursos referentes às ETE's de Timóteo e Coronel Fabriciano, Caratinga e Ribeirão das Neves/Sede ainda não haviam sido liberados.

Em janeiro de 2014, foi reconhecido o direito ao valor repassado pela Agência Nacional de Águas - ANA com crédito de R\$6.542 em receita diferida, sendo R\$1.367 referente a valor remanescente da ETE Onça e R\$5.175 pelo cumprimento da 1ª etapa prevista no contrato referente à ETE Betim Central.

12. Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Governo Estadual/BDMG	541	3.047	541	3.047
Caixa Econômica Federal	78.228	123.627	78.228	123.62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro dos programas CAIXA PAC - 2009 e 2010 destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, cauçando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$2.689 (R\$1.605 em dezembro de 2013).

(iii) Outros financiamentos

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução em garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$7.304 (R\$10.247 em dezembro de 2013).

Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

(c) Debêntures

Controladora / Consolidado		31/12/2014		31/12/2013	
Subscrições /séries	Data da subscrição	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição 1ª emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	-	-	4.515	-
3ª e 4ª	09/11/2004	-	-	4.515	-
5ª e 6ª	29/07/2004	-	-	4.515	-
7ª	19/12/2005	-	-	2.258	-
8ª e 9ª	24/04/2006	-	-	4.515	-
10ª	19/12/2006	-	-	2.258	-
11ª e 12ª	23/03/2007	-	-	4.516	-
Total 1ª emissão				27.092	
Subscrição 3ª emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.098	63.397	15.923	79.246
7ª	25/09/2008	2.683	10.566	2.654	13.208
8ª	06/12/2008	8.049	31.699	7.962	39.623
9ª a 11ª	30/03/2009	8.049	31.699	7.962	39.623
12ª a 14ª	27/11/2009	2.683	10.566	2.654	13.208
15ª a 17ª	26/05/2010	8.049	31.699	7.962	39.623
18ª	02/07/2010	2.683	10.566	2.654	13.208
Total 3ª emissão		48.294	190.192	47.771	237.739
Subscrição 4ª emissão					
1ª	27/12/2010	40.838	223.817	38.586	240.054
2ª	24/11/2011	25.219	162.543	24.840	187.232
3ª	27/12/2012	33.389	215.206	28.166	212.324
Total 4ª emissão		99.446	601.566	91.592	639.610
Subscrição 5ª emissão					
Única	27/10/2011	15.457	274.910	1.477	288.000
Total 5ª emissão		15.457	274.910	1.477	288.000
Subscrição 6ª emissão					
1ª	23/02/2012	59.232	85.680	59.096	142.840
2ª	23/02/2012	49.565	156.910	48.239	184.083
Total 6ª emissão		108.797	242.590	107.335	326.923
Subscrição 7ª emissão					
1ª	24/04/2014	3.232	130.000	-	-
2ª	24/04/2014	6.553	124.003	-	-
Total 7ª emissão		9.785	254.003		
Total de debêntures		281.779	1.563.261	275.267	1.492.272

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo em 01 de janeiro	1.767.539	1.677.505
Ingressos de debêntures	286.041	175.734
Encargos provisionados	151.204	124.978
Varição monetária	33.764	26.803
Amortização de principal	(253.719)	(109.950)
Amortização de encargos	(139.789)	(127.531)
Saldo em 31 de dezembro	1.845.040	1.767.539
Passivo circulante	(281.779)	(275.267)
Passivo não circulante	1.563.261	1.492.272

Debêntures não conversíveis

Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma. O preço de subscrição de cada série foi equivalente ao valor nominal acrescido dos juros abaixo mencionados, calculados pró-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição, e os termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2004
Prazo	10 anos
Carência do principal	36 meses
Amortização	84 meses
Vencimento final	15 de julho de 2014
Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão estava garantida por 20% da receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva cujo saldo mínimo correspondia ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2014, não existe montante caucionado pois foi efetuada a amortização final desta emissão em 15 de julho de 2014 (R\$12.149 em dezembro de 2013).

Os recursos dessa emissão foram destinados ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão da COPASA MG.

Subscrição 3ª emissão:

Em dezembro de 2007, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, constituídas por 450 (quatrocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Prazo	12 anos
Carência do principal	30 meses
Amortização	114 meses
Vencimento final	15 de dezembro de 2019
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo correspondia ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução em garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2014, o montante caucionado é de R\$16.523 (R\$16.992 em dezembro de 2013).

Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, cuja emissão está sendo realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A - BNDESPAR. A primeira e a segunda séries serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 9,046555% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão fiduciária

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia no banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na "conta vinculada" destinada a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Subscrição 5ª emissão:

Em agosto de 2011, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela Planner Truste DTVM Ltda., constituídas por 288.000 (duzentas e oitenta e oito mil) debêntures de R\$1, cuja emissão foi realizada em série única no valor total de R\$288.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	20 de setembro de 2011
Prazo	240 meses
Carência do principal	42 meses
Amortização	198 meses
Vencimento final	30 de setembro de 2031
Remuneração	TR + 9% a.a.
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis

Essa 5ª emissão está garantida por parcela da receita tarifária da Companhia equivalente ao valor mensal não inferior a 4,5% sobre o saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de cada ano, pelas cotas cedidas e pela totalidade das quotas dos investimentos permitidos detida pela Companhia.

Subscrição 6ª emissão:

Em 15 de fevereiro de 2012, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 400 (quatrocentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em duas séries de R\$200.000 cada uma, totalizando R\$400.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de fevereiro de 2012
Prazo	60 meses para a 1ª série e 84 meses para a 2ª série
Carência do principal	24 meses
Amortização	07 parcelas semestrais, iguais e consecutivas para a 1ª série, e 06 parcelas anuais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de fevereiro de 2017 para a 1ª série e 15 de fevereiro de 2019 para a 2ª série
Remuneração	100% da taxa DI over extragrupo capitalizada de um spread de 0,94% a.a. para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios correspondentes a 100% da remuneração das Notas do Tesouro Nacional-série B, para a 2ª série

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, em parceria com os municípios com os quais a Companhia tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como no alongamento do perfil da dívida.

Subscrição 7ª emissão:

Em 15 de abril de 2014, a Companhia realizou, em lançamento público, colocação de debêntures simples, da espécie quirográfrica, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela empresa Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, constituídas por 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures de R\$10.000, cuja emissão foi realizada em duas séries, sendo 13.000 (treze mil) na 1ª série e 12.000 (doze mil) na 2ª série, totalizando R\$250.000, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de abril de 2014
Prazo	60 meses para a 1ª série e 84 meses para a 2ª série
Carência do principal	36 meses
Amortização	Parcela única na data do vencimento para a 1ª série, e 05 parcelas anuais iguais e consecutivas para a 2ª série
Vencimento final	15 de abril de 2019 para a 1ª série e 15 de abril de 2021 para a 2ª série
Remuneração	Juros remuneratórios de 108,50% da taxa DI para a 1ª série, e IPCA mais juros remuneratórios prefixados de 7,39% a.a. base 252 dias uteis, para a 2ª série
Garantia	Quirográfrica

Os recursos dessa emissão estão sendo utilizados no programa de investimentos da Companhia, em empreendimentos não financeiros, como aquisição de terrenos e indenização de ativos de novas concessões, bem como no alongamento do perfil da dívida.

(d) Valor justo

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão demonstrados na Nota 20.

(e) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros, conforme a seguir:

(i) Covenants de contratos sindicalizados:	Índice	Limite
	Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
	EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
	Ligação de água e esgoto/ra. funcionários	Igual ou maior que 350

(ii) Covenants de contratos com a CEF - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos", acima descrito.

(iii) Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNDE:	Índice	Limite
	Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
	EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
	Liquidez corrente	Superior a 0,9
	Ligação de água e esgoto/ra. funcionários	Maior que 365

(iv) Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNDE: Apuração trimestral - 7ª emissão de debêntures (740 milhões)/contrato de financiamento (181 milhões):

(v) Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:	Índice	Limite
	Divida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
	EBITDA/receita operacional líquida	Igual ou superior a 36%
	EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

(vi) Covenants de contratos com o BNDES/debêntures: Apuração trimestral - 7ª emissão de debêntures (740 milhões)/contrato de financiamento (181 milhões):

(vii) Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:	Índice	Limite
	Divida líquida/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
	EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
	Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
	EBITDA/receita operacional líquida	Igual ou menor que 3,0
	EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2014 o indicador de Margem EBITDA (EBITDA sobre receita operacional líquida) atingiu 33,41%, insuficiente para atender o mínimo estabelecido nos instrumentos de crédito mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mencionados no item "iii", letra (a) acima, segundo os critérios específicos definidos para aferição dessas obrigações.

Antes mesmo que a Companhia se valesse do prazo de cura contratualmente previsto, para apresentar garantias adicionais ao credor, que, em média, é da ordem de 90 dias após a data base das demonstrações financeiras, a Administração finalizou tratativas com o BNDES - com base em proposta do próprio Banco, com o intuito de aprimorar a gestão contratual e em decorrência da crise hídrica que se abateu sobre o sudeste brasileiro, afetando as empresas do setor de saneamento - para repactuação das cláusulas de covenants, a vigorar desde 31 de dezembro de 2014, com exclusão do indicador Margem EBITDA, adequação dos demais indicadores, padronização de critérios e períodos de aferição e instituição de regras de reforço de garantias, restabelecendo o cumprimento de todas as condições contratuais.

Para todos os demais contratos, observando-se os critérios específicos de aferição dessas obrigações, não ocorreu os fatos acima descritos.

13. Provisão para Contingências

(a) Contingências prováveis

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	48.951	(1.227)	47.724	37.164	(1.153)	36.011
Trabalhistas	59.099	(1.237)	57.862	33.542	(824)	32.718
Tributárias	890	(435)	455	828	(414)	414
Ambientais	7.717	-	7.717	7.331	-	7.331
Total	116.657	(2.899)	113.758	78.865	(2.391)	76.474

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cíveis	48.981	(1.227)	47.754	37.194	(1.153)	36.041
Trabalhistas	61.788	(1.932)	59.856	35.406	(1.439)	34.967
Tributárias	890	(435)	455	828	(414)	414
Ambientais	7.717	-	7.717	7.331	-	7.331
Total	119.376	(3.594)	115.782	80.759	(3.006)	77.753

A movimentação das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo em 31 de dezembro de 2013, antes da compensação de depósitos judiciais		78.865		80.759
Adições		60.679		62.282
Utilizações		(4.709)		(4.854)
Reversões		(18.178)		(18.811)
(-) Compensação de depósitos judiciais		(2.899)		(3.594)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		113.758		115.782

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

As provis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

da maioria dessas ações não possuem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstratos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de detritos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$81.575 em 31 de dezembro de 2014 (R\$76.167 em dezembro de 2013) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

Termos de ajustamento de conduta - TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais visando obter questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de efluentes, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento direcionado em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

(ii) Tributária

Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpeôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA MG ajuizou, nos três processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso de interposição. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2014 é de R\$50.026 (R\$35.949 em dezembro de 2013) e foi classificada como contingência possível.

14. Participação nos Lucros e Resultados

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

O Acordo Coletivo 2008/2010, assinado em reunião de 25 de julho de 2008, ratificado pelo Acordo Coletivo 2014, assinado em 10 de setembro de 2014, determina que o montante apurado como Participação nos Lucros e Resultados seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em parcela única na folha de pagamento do mês de abril.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia provisionou R\$19.818 referente à participação dos empregados no resultado auferido neste exercício (R\$32.670 em dezembro de 2013).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de renda e contribuição social do exercício

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2014 e 2013. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

Controladora	31/12/2014		31/12/2013	
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições.....	432.640	566.158		
Alíquota nominal.....	34%	34%		
Despesa esperada à taxa nominal.....	(147.098)	(192.494)		
Imposto de renda e contribuição social sobre: (Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial.....	(3.205)	(2.440)		
Realização de correção monetária especial.....	(430)	(475)		
Doações e subvenções.....	2.372	-		
Outras (adições) /exclusões.....	(7.770)	(4.359)		
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio.....	35.136	47.458		
Incentivos fiscais.....	6.496	5.947		
Imposto de renda e contribuição social.....	(114.499)	(146.363)		
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(122.106)	(138.681)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	7.607	(7.682)		
	(114.499)	(146.363)		
Alíquota efetiva.....	26,5%	25,9%		

Consolidado	31/12/2014		31/12/2013	
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições.....	432.640	566.221		
Alíquota nominal.....	34%	34%		
Despesa esperada à taxa nominal.....	(147.098)	(192.515)		
Imposto de renda e contribuição social sobre: (Adições) /exclusões				
Realização de correção monetária especial.....	(430)	(475)		
Doações e subvenções.....	2.372	-		
Outras (adições) /exclusões.....	(10.975)	(6.841)		
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio.....	35.136	47.458		
Incentivos fiscais.....	6.496	5.947		
Imposto de renda e contribuição social.....	(114.499)	(146.426)		
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(122.106)	(138.744)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	7.607	(7.682)		
	(114.499)	(146.426)		
Alíquota efetiva.....	26,5%	25,9%		

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

Controladora / Consolidado	31/12/2013		31/12/2014	
	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e litígios....	34.748	15.206	49.954	
Provisão para obrigações atuariais.....	-	5.351	-	5.351
Provisão para ajustes de CPC's.....	137.068	11.716	148.784	
Provisão para contingências tributárias.....	42.744	(6.931)	35.813	
Outras provisões temporárias diversas.....	8.768	837	9.605	
Total do ativo.....	223.328	5.351	20.828	249.507
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação cambial diferida.....	-	6.957	6.957	
Provisão para ajustes de CPC's.....	92.256	64	3.517	95.837
Provisão para obrigações atuariais.....	12.128	-	12.128	
Total do passivo.....	104.384	64	10.474	114.922
Total líquido.....	118.944	5.287	10.354	134.585

Em reuniões realizadas em 19 de março de 2015 pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pelo Departamento de Planejamento Estratégico e Desempenho Empresarial e pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os eventos tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2014, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	Controladora / Consolidado	
Em 2015.....		13.208
Em 2016.....		23.499
Em 2017.....		10.586
Em 2018.....		11.050
Em 2019.....		10.586
Após 2019.....		180.578
		249.507

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

(c) Lei 12.973

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas Demonstrações Financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores, quando recebidos, reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica, no passivo circulante, e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

De acordo com determinação contida na Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, os recursos de convênio de cooperação técnica serão mantidos em conta bancária específica e os saques só serão permitidos para pagamento de despesas constantes do Programa de trabalho, e os recursos, enquanto não pagamento na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial. O montante dos recursos disponíveis de convênios de cooperação técnica é registrado no item "bancos e aplicações de convênios".

O saldo líquido de convênios está assim composto:

Controladora	31/12/2014		31/12/2013	
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido	
31 de dezembro de 2014				
Estado.....	73.042	(57.303)	15.739	
Outros.....	131.288	(109.633)	21.655	
Total.....	204.330	(166.936)	37.394	
31 de dezembro de 2013				
Estado.....	229.229	(217.981)	11.248	
Outros.....	68.823	(86.618)	(17.795)	
Total.....	298.052	(304.599)	(6.547)	
Consolidado				
31 de dezembro de 2014				
Estado.....	588.709	(560.501)	28.208	
Outros.....	131.288	(109.633)	21.655	
Total.....	719.997	(670.134)	49.863	
31 de dezembro de 2013				
Estado.....	674.359	(644.266)	30.093	
Outros.....	68.823	(86.618)	(17.795)	
Total.....	743.182	(730.884)	12.298	

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

Controladora / Consolidado	31/12/2014		31/12/2013	
Obrigações de longo prazo.....	121.582	106.010		
Obrigações de curto prazo.....	16.050	14.342		
	137.632	120.352		
Contribuições normais.....	12.680	12.067		
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial.....	150.312	132.419		
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:				
Plano de Benefícios RPI - BD.....	2.958	3.667		
Plano Copasa Salgado.....	3.441	19.729		
Novo Plano Copasa - CD.....	(442)	948		
Plano Copass Saúde.....	16.766	-		
	22.725	24.344		
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício.....	(10.389)	100.485		
Ganhos / perdas atuariais acumuladas no resultado abrangente do exercício.....	13.155	23.543		

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEM, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVI-MINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido - BD patrocinado pela Companhia, vinha apresentando uma situação de déficit atuarial, que foi equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que chegaram, até novembro de 2008, a aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial - DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdenciário proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD salgado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano de contribuição definida CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Em dezembro de 2011, após a conclusão do processo de migração, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos; o salgado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos; e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício salgado são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício salgado de aposentadoria programada; e b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício salgado de pensão por morte e benefício salgado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício salgado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes.

a) Valores consolidados

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2014		31/12/2013	
Valor presente das obrigações financiadas.....	(887.163)	(772.621)		
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial.....	3.944	-		
Valor presente da obrigação líquida.....	(883.219)	(772.621)		
Valor justo dos ativos do plano.....	755.495	703.355		
Restrição do déficit contratado.....	(9.908)	-		
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional).....	-	(51.086)		
Ativo / (passivo) líquido do plano.....	(137.632)	(120.352)		

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
Em 1º de janeiro.....	772.621	1.009.615		
Custo do serviço corrente.....	(636)	447		
Custo financeiro.....	88.949	91.615		
Contribuições dos participantes do plano.....	1.990	1.894		
Remensurações Atuariais.....	45.747	(295.992)		
Benefícios pagos pelo plano.....	(38.274)	(34.958)		
Custo do serviço passado para benefícios não adquiridos (novo).....	14.088	-		
Custo do serviço passado para benefícios já adquiridos (novo).....	2.678	-		
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro.....	887.163	772.621		

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	31/12/2014		31/12/2013	
Em 1º de janeiro.....	703.355	737.830		
Retorno real sobre os ativos do plano.....	67.240	(24.939)		
Contribuições do empregador.....	21.184	23.528		
Contribuições dos empregados.....	1.990	1.894		
Benefícios pagos.....	(38.274)	(34.958)		
Valor justo em 31 de dezembro.....	755.495	703.355		

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2014		31/12/2013	
Custo dos serviços correntes.....	(636)	447		
Custo financeiro.....	88.949	91.615		
Retorno esperado sobre os ativos do plano.....	(82.354)	(67.718)		
Custo de serviço passado.....	16.766	-		
	22.725	24.344		

b) Valores segregados por plano de benefício

1) Plano de benefícios RPI - BD

	31/12/2014	
--	------------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa anual de desconto	10,97% a.a.	11,79% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	10,97% a.a.	11,79% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,03% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	(suavizada em 10%) AT - 2000	(suavizada em 10%) AT - 2000
Mortalidade de inválidos	suavizada em 10%	agravada em 100%
Tábua de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua de morbidez	GAMA - experiência COPASA	GAMA - experiência COPASA

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

	31/12/2014	31/12/2013
Disponível	0,02%	0,01%
Títulos públicos	64,96%	11,74%
Crédito de Depósitos Privados	12,14%	-
Realizável (previsional e administrativo)	10,62%	11,64%
Ações	0,88%	0,01%
Fundo de investimentos	0,73%	68,88%
Derivativos	3,66%	-
Investimentos imobiliários	6,38%	6,95%
Empréstimos e financiamentos	0,61%	0,76%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Análises de sensibilidade das principais hipóteses	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em 31/12/2014
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	

Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	804.238.443	828.149.699	794.843.072	838.921.054	816.374.265
Valor justo dos ativos do plano	722.502.472	722.502.472	722.502.472	722.502.472	722.502.472
Superávit / (déficit) técnico do plano	(81.735.971)	(105.647.227)	(72.340.600)	(116.418.582)	(93.871.793)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,5%	1,4%	-2,6%	2,8%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-12,9%	12,5%	-22,9%	24,0%	-

3) Novo plano COPASA - CD	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações financiadas	(13.586)	(13.687)
Valor justo dos ativos do plano	13.235	9.638
Ativo / (passivo) líquido do plano	(351)	(4.049)

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	13.687	16.190
Custo do serviço corrente	(614)	402
Custo financeiro	1.594	1.309
Contribuições dos empregados	1.692	1.611
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.776)	(5.180)
Benefícios pagos pelo plano	(997)	(645)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	13.586	13.687

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.893.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		Posição em 31/12/2014
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	-	-	-	-	-	-	13.585.701
Valor justo dos ativos do plano	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817
Superávit / (déficit) técnico do plano	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	(350.884)
Variações:							
Aumento / redução da obrigação atuarial	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-

4) Plano Copass Saúde	31/12/2014
Valor presente das obrigações financiadas	(16.766)
Valor justo dos ativos do plano	-
Ativo / (passivo) líquido do plano	(16.766)

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014
Em 01 de janeiro	14.088
Custo do serviço passado para benefícios não adquiridos (novo)	2.678
Custo do serviço passado para benefícios já adquiridos (novo)	-
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	16.766

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.079.

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado
	31/12/2014
Taxa anual de desconto	10,99% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	10,99% a.a.
Aumento anual de salário	5,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.
HCCTR	4,80%
Tábua de mortalidade	AT-2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em 31/12/2014
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	-	-	-	-	16.766.325
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Superávit / (déficit) técnico do plano	-	-	-	-	(16.766.325)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$3 bilhões, mediante a deliberação do Conselho de Administração. O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.773.985.614,66 (dois bilhões, setecentos e setenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), representado por 119.684.430 (cento e dezesseis milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta) ações ordinárias, de valor nominal e sem valor nominal.

A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado por deliberação do Conselho de Administração (CA). Aumentos do capital acima do capital autorizado são de competência de Assembleia Geral, mediante submissão das propostas de aumento de capital pelo Conselho de Administração. Tal procedimento também deverá ser adotado no caso de integralização em bens.

Nos aumentos de capital da Companhia, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital na proporção do número de ações que possuírem, na forma dos artigos 171 e 172 da Lei 6.404/76.

Além disso, nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, caso o controlador da Companhia, o Estado de Minas Gerais, inclua a COPASA MG em qualquer plano de desestatização de companhias sob seu controle, referida desestatização só poderá ocorrer mediante prévia realização de um referendo popular que assim a determine. Após a aprovação em referendo popular, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais deverá promulgar lei que autorize a transferência do controle acionário pelo Estado, nos termos da legislação estadual vigente.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais que detém 51,1% das ações da sociedade. A Companhia possui também 357 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, cujo valor é de R\$8.576, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acordos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário e convênios de cooperação técnica. A Companhia tem o direito de emitir essas ações, mantidas como "ações em tesouraria", em uma data posterior.

Os 48,6% remanescentes, que representam o *Free Float* da Companhia, são detidos por diversos acionistas.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Estado de Minas Gerais	61.189	51,13
Administradores	2	-
Outros acionistas	58.136	48,57
Ações em tesouraria	357	0,30
Total	119.684	100,00

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	9.638	7.089
Retorno real sobre os ativos do plano	2.788	(1.758)
Contribuições do empregador	104	3.341
Contribuições dos empregados	1.692	1.611
Benefícios pagos	(997)	(645)
Valor justo em 31 de dezembro	13.235	9.638

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos serviços correntes	(614)	402
Custo financeiro	1.594	1.309
(Receita) esperada sobre os ativos do plano	(1.421)	(763)
	(441)	948

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$441 (R\$948 em dezembro de 2013) foram reconhecidas no resultado em despesas administrativas.

O retorno real sobre os ativos do plano em 2014 foi de R\$2.788 (negativo de R\$1.758 em dezembro de 2013).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado
	31/12/2014
Taxa anual de desconto	11,05% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,05% a.a.
Aumento anual de salário	7,95% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,03% a.a.
Taxa de inflação	5,03% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

3) Novo plano COPASA - CD

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações financiadas	(13.586)	(13.687)
Valor justo dos ativos do plano	13.235	9.638
Ativo / (passivo) líquido do plano	(351)	(4.049)

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Em 01 de janeiro	13.687	16.190
Custo do serviço corrente	(614)	402
Custo financeiro	1.594	1.309
Contribuições dos empregados	1.692	1.611
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.776)	(5.180)
Benefícios pagos pelo plano	(997)	(645)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	13.586	13.687

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.893.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		Posição em 31/12/2014
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	-	-	-	-	-	-	13.585.701
Valor justo dos ativos do plano	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817
Superávit / (déficit) técnico do plano	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	13.234.817	(350.884)
Variações:							
Aumento / redução da obrigação atuarial	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-3.871,8%	-

3) Novo plano COPASA - CD

	31/12/2014
Valor presente das obrigações financiadas	(16.766)
Valor justo dos ativos do plano	-
Ativo / (passivo) líquido do plano	(16.766)

A movimentação na obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014
Em 01 de janeiro	14.088
Custo do serviço passado para benefícios não adquiridos (novo)	2.678
Custo do serviço passado para benefícios já adquiridos (novo)	-
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	16.766

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.079.

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado
	31/12/2014
Taxa anual de desconto	10,99% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	10,99% a.a.
Aumento anual de salário	5,00% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.
HCCTR	4,80%
Tábua de mortalidade	AT-2000 (suavizada em 10%)
Tábua de invalidez	Light média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2015.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua biométrica		Crescimento salarial		Taxa de juros		Posição em 31/12/2014
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	-	-	-	-	-	-	16.766.325
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit / (déficit) técnico do plano	-	-	-	-	-	-	(16.766.325)
Variações:							
Aumento / redução da obrigação atuarial	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento / redução do superávit / (déficit) técnico do plano	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-100,0%	-

3) Novo plano COPASA - CD

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Dólar americano e do Euro, em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais, uma vez que, o endividamento em moeda estrangeira é pouco representativo em relação à dívida total.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em Dólares americanos e em Euros, totalizava R\$286.919 em 31 de dezembro de 2014 (R\$127.332 em dezembro de 2013), 8,4% de seu endividamento total (4,0% em dezembro de 2013). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2014, caução de R\$53.375 (R\$42.518 em dezembro de 2013) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

(i) Sensibilidade à taxa de câmbio

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos advindos de variação do custo do US\$ e do EUR nos resultados e no seu patrimônio. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos à variação cambial, conforme descrito na tabela abaixo:

	Varição na taxa US\$	Efeitos no lucro antes da tributação (R\$)
31/12/2014	+20%	(28.918)
	-20%	28.918
	+10%	(14.459)
	-10%	14.459
31/12/2013	+20%	(25.363)
	-20%	25.363
	+10%	(12.682)
	-10%	12.682

A movimentação do resultado e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em Dólares americanos.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Eventuais perdas na realização dos créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

No que diz respeito ao risco de crédito, decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras, foi criado em outubro de 2012 o Comitê de Aplicações Financeiras. O Comitê delibera de acordo com a Política de Aplicações Financeiras da Companhia e as instituições financeiras com as quais a Com-

panhia irá trabalhar são analisadas segundo critérios pré-estabelecidos. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente, ou quando ocorre qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)				
AAA	328.896	223.264	330.867	224.721
AA	-	20.766	-	20.766
A	154	16.290	154	16.290
B (BAA, BA e BBB)	18	161	18	161
Total	329.068	260.481	331.039	261.938

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

(e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa e valores mobiliários suficientes para cobrir as exigências de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, isso é realizado em nível de cada unidade operacional da Companhia, de acordo com a prática e os limites orçamentários pré-estabelecidos. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a Política de Gestão de Liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Amortização	567.958	778.217	815.177	1.233.503
Juros	39.974	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	607.932	778.217	815.177	1.233.503
Forneceedores e outras obrigações	130.483	33.276	36.469	22.968
Em 31 de dezembro de 2013				
Amortização	443.577	789.875	599.376	1.295.489
Juros	27.949	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	471.526	789.875	599.376	1.295.489
Forneceedores e outras obrigações	149.680	29.918	32.751	39.148

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre o capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela Companhia nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2014	31/12/2013
CEF até 1998 e Tesouro Nacional	10% dos recebíveis	28.435	24.920
CEF 2003,2004,2007,2008 e 2009	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	11.234
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	R\$17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	26.141	24.546
Contratos sindicalizados II - 2006	R\$15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	23.527	22.091
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	-	22.511
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	25.142	23.738
BNDES PAC 2007/2008	RS26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	36.475	34.289
BNDES 181 MM	RS7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	8.869	8.345
BNDES debêntures simples 740 MM	RS32 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/10/10	40.719	38.233
BNDES 288 MM	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	12.960	12.960
Banco KfW	Vinculação da receita equivalente à 1 vez o serviço da dívida mensal	6.000	6.000
CEF - Financiamentos 2011-2012-2013-2014	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	17.111	6.189

(f) Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants"), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. Com objetivo de minimizar tal risco e monitorar antecipadamente o grau de endividamento, a Companhia possui, estatutariamente, uma Política de Endividamento com condições mais restritivas que os contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 12).

(g) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com expectativa da Administração de que sejam renovadas junto ao Poder Concedente (Municípios). Caso as concessões não sejam renovadas pelo Poder Concedente, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser impactados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

20.2 - Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao patrimônio líquido.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Índice de capitalização com base no balanço patrimonial, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de setor de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, debêntures e outras dívidas onerosas de curto e longo prazos), conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2014, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2013, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos e debêntures	3.434.829	3.156.267	3.437.330	3.157.700
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(329.068)	(260.481)	(331.039)	(261.938)
Dívida líquida	3.105.761	2.895.786	3.106.291	2.895.762
Total do patrimônio líquido	5.536.564	5.337.359	5.536.564	5.337.359
Total do capital	8.642.325	8.233.145	8.642.855	8.233.121
Índice de alavancagem financeira - %	36	35	36	35
Índice de capital de terceiros - %	56	54	56	54

20.3 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a provisão para perdas de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas subsidiárias aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da COPASA MG e suas subsidiárias, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Controladora/Consolidado			
	Ativo			
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total do ativo		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Preços cotados em mercado				
ativos (Nível 1)	-	-	-	-
Outros dados significativos observáveis (Nível 2)	-	-	-	-
Dados significativos não observáveis (Nível 3)	40.748	48.638	40.748	48.638
Saldo total	40.748	48.638	40.748	48.638

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponível para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontas e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústria, serviço de precificação ou agência reguladora, sendo que aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balanço) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado

onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo Nível 1.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Empréstimos bancários e financiamentos	1.589.789	1.586.768	1.592.290	1.589.203
Debêntures simples	1.845.040	1.800.856	1.845.040	1.800.856
Total	3.434.829	3.387.624	3.437.330	3.390.059
31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Empréstimos bancários e financiamentos	1.388.728	1.430.504	1.390.161	1.431.932
Debêntures simples	1.767.539	1.727.836	1.767.539	1.727.836
Total	3.156.267	3.158.340	3.157.700	3.159.768

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor em contrato retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado		Taxa de mercado	Observações
	Taxa contratual	Período meses		
Governo Estadual/ BDMG	9,03%	3	7,70%	Taxa CEF por não existir similar
CEF/FGTS	8,39%	164	7,70%	Cotação da taxa da CEF em dez/14
BNDES/BNE	6,57%	89	6,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/14
FINAME	3,27%	110	6,00%	Cotação da taxa FINAME em dez/14
União Federal	4,27%	113	7,70%	Taxa CEF por não existir similar
Debêntures simples	8,44%	83	9,36%	Cotação taxa do BNDES/BND em dez/14
KfW	2,07%	109	2,07%	Cotação taxa do KfW em dez/14
NP Bradesco	12,38%	12	12,73%	Cotação taxa do mercado para capital de giro em dez/14
FINAME - AGMM	2,50%	98	6,00%	Cotação da taxa FINAME em dez/14
Banco do Brasil - Copanor	13,07%	24	13,31%	Taxa CEF por não existir similar

21. Instrumento Financeiro por Categoria

(a) Controladora

	31/12/2014		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	329.068	-	329.068
Contas a receber de clientes	883.596	-	883.596
Bancos e aplicações de convênios	24.493	-	24.493
Aplicações financeiras vinculadas	81.774	-	81.774
Ativos financeiros de concessões	558.964	-	558.964
Título patrimonial	-	40.748	40.748
Créditos com controladas	16.432	-	16.432
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	168.997	-	168.997
Total	2.063.324	40.748	2.104.072

	31/12/2014	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.434.829	3.434.829
Forneceedores	114.433	114.433
PPP- Rio Manso	279.885	279.885
Contrato IBM	3.441	3.441
Total	3.832.588	3.832.588

	31/12/2013		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos disponíveis para venda	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	260.481	-	260.481
Contas a receber de clientes	909.685	-	909.685
Bancos e aplicações de convênios	36.688	-	36.688
Aplicações financeiras vinculadas	97.380	-	97.380
Ativos financeiros de concessões	494.836	-	494.836
Título patrimonial	-	48.638	48.638
Créditos com controladas	109.790	-	109.790
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	161.075	-	161.075
Total	2.069.935	48.638	2.118.573

	31/12/2013	
	Outros passivos financeiros	Total
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.156.267	3.156.267
Forneceedores	135.338	135.338
Leasing financeiro	7.769	7.7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais - exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 51,13% das ações da sociedade (Nota 18).

(a) Ativo, passivo e resultado

Além dos convênios descritos na Nota 15, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais, CEMIG, Foz de Jeceaba e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora					
	31/12/2014					
	Subsidiárias			Outras		
	Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação	Total	Estado MG	Foz de Jeceaba
Ativo						
Circulante						
Valores faturados	-	-	-	-	23.842	-
Créditos diversos	-	-	-	-	15.739	-
Créditos com controladas	141	4.406	-	4.547	-	-
Não circulante						
Empréstimos	-	11.706	75	11.781	-	-
AFAC	4.651	-	-	4.651	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	40.748
Investimentos	13.578	-	-	13.578	-	-
Total do ativo	18.370	16.112	75	34.557	39.581	40.748
Passivo						
Circulante						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	1.257	-
Energia elétrica	-	-	-	-	-	6.930
Não circulante						
Provisão para perdas em investimentos	-	12.993	178	13.171	-	-
Total do passivo	-	12.993	178	13.171	1.257	6.930
Resultado						
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	114.188	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.315	98	1.413	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	6.028
Despesa energia elétrica	-	-	-	-	-	247.421

	Controladora					
	31/12/2013					
	Subsidiárias			Outras		
	Águas Minerais	COPANOR	Serviços de Irrigação	Total	Estado MG	Foz de Jeceaba
Ativo						
Circulante						
Valores faturados	-	-	-	-	47.072	-
Créditos diversos	-	-	-	-	-	-
Créditos com controladas	398	2.125	-	2.523	-	-
Não circulante						
Empréstimos	-	12.734	878	13.612	-	-
AFAC	96.178	-	-	96.178	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	48.638
Total do ativo	96.576	14.859	878	112.313	47.072	48.638
Passivo						
Circulante						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	11.248	-
Energia elétrica	-	-	-	-	17.476	-
Não circulante						
Provisão para perdas em investimentos	73.699	11.884	763	86.346	-	-
Total do passivo	73.699	11.884	763	86.346	28.724	10.832
Resultado						
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	107.828	-
Juros e receitas de variações monetárias	-	1.373	75	1.448	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	8.913
Despesa energia elétrica	-	-	-	-	-	209.941

Os saldos e operações com partes relacionadas são contabilizadas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2014	2013
Remuneração	5.253	4.637
Benefícios assistenciais	773	697
Total	6.026	5.334

26.1 Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Águas Minerais
A partir de janeiro de 2012, a atualização monetária sobre os contratos de mútuo com esta subsidiária deixou de ser calculada e contabilizada, pois o saldo destes contratos foi convertido em adiantamento para futuro aumento de capital. Conforme AGE de 14 de abril de 2014 da subsidiária Águas Minerais, houve aumento do capital da referida subsidiária, através da integralização do saldo do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, existente em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$96.178.
- COPANOR
Contrato de mútuo, com remuneração de 90% do CDI.
- Serviços de Irrigação
O saldo existente em 31 de dezembro de 2014 referente ao contrato de mútuo, no valor de R\$970.997,38, foi baixado como perda da COPASA MG.
- Fornecimento de energia
A Companhia é grande consumidora de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo que o principal fornecedor desta energia é a CEMIG, empresa controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de cada unidade consumidora.
- Contratos de financiamento com o BDMG
A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal dos negócios.
- Contratos com a CODEMIG
A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

- Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União
Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto desses contratos é de R\$67.194, conforme Nota 12.

Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragratia de 29 de novembro de 2011: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas tributárias constitucionais, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, até o limite suficiente para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto desse contrato é de R\$219.725, conforme Nota 12.

27. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte

O Estado e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

- O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, a título de prestação de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 (trezentas e trinta e cinco) parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m³ de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m³ em Belo Horizonte, e acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a receber registrado é de R\$244.914 sendo R\$47.403 no ativo circulante e R\$197.511 no ativo não circulante (R\$253.724 em 31 de dezembro de 2013 sendo R\$41.144 no ativo circulante e R\$212.580 no ativo não circulante).

2º) A Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, a título de custo do Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em dezembro de 2011, o Município de Belo Horizonte apresentou medições de gastos realizados com o referido programa até o mês de dezembro de 2009. Considerando o compromisso de reembolso de parte do valor dessas medições a partir de janeiro de 2008, o seu valor foi atualizado até a referida data e baixado pelo valor total de reembolsos devidos no período, passando a representar um saldo de R\$214.933. Quanto da apresentação de novas medições de gastos realizados pelo Município, será procedido o reembolso das 240 (duzentas e quarenta) parcelas remanescentes, limitado ao valor de R\$855 de cada parcela, atualizado pelo IPCA, e ao saldo atualizado do compromisso.

28. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2014:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias ⁽¹⁾
Odebrecht Ambiental	693.731	20/12/2013	5.475
Consórcio Orteng/Sonel	71.075	21/02/2013	990
Prefisan Ltda	68.299	18/11/2014	690
Mendes Junior Trading e Engenharia S/A	60.339	30/11/2012	810
Perfil Engenharia S/A	33.385	11/11/2014	720
Prefisan Ltda	28.797	23/05/2013	720
Sonel Engenharia S/A	27.824	22/12/2014	1.080
Prefisan Engenharia S/A	21.674	14/03/2012	1.080
Infracon Engenharia e Comércio Ltda	21.120	28/08/2013	540
Prefisan Ltda	20.118	11/12/2014	540
Comim Construtora Ltda	19.541	09/08/2013	720
Construtora Penchel Ltda	19.239	19/04/2013	720
Infracon Engenharia e Comércio Ltda	13.092	05/11/2014	540

⁽¹⁾ Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são contabilizadas como ativos intangíveis sob o título "direito de exploração de concessões", e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		
	Empenhados	Realizados	% realização
Belo Horizonte	261.140	87.155	33,37
Betim	80.286	73.521	91,57
Contagem	83.707	83.707	100,00
Montes Claros	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

29. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, na data de encerramento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

30. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora / Consolidado	2014		2013	
Renegociação de clientes com pagamento através da aquisição de terreno em Teófilo Otoni (Nota 09)	-	-	-	18.527
Transferência convênio PRODES/ANA (Notas 07 e 11)	4.614	-	-	4.201

31. Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Companhia elaborou estudo técnico de "teste de impairment", com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso, nos termos do CPC 01, tomando por base os dados do ano de 2014, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população assistida e custo de capital até o prazo remanescente dos contratos de concessões vigentes ou em processo de renovação.

O retorno de final do estudo demonstra a geração de VPL positivo, com Taxa Interna de Retorno de 10,71% a.a., conforme demonstrado abaixo:

	ANO BASE 2014		
	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL COPASA
Intangível Líquido Corrigido	5.586.895	3.903.486	9.490.381
VPL do Benefício Líquido	6.916.674	5.485.798	12.402.472
TIR	10,35	11,60	10,71

32. Riscos Subsequentes

Em razão da crise hídrica que se abateu sobre o sudeste brasileiro, em janeiro de 2015 a Companhia iniciou uma campanha para estimular a redução do consumo na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Estima-se uma redução da ordem de 15% do consumo na referida região, com impacto sobre a receita da Companhia. Outras medidas estruturantes e não estruturantes estão sendo desenvolvidas pela COPASA MG para minimizar os impactos da estiagem prolongada e seus reflexos sobre o abastecimento de água, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos
Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado
Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja informação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 19 de março de 2015.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2 "S" MG

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Tendo em vista as projeções realizadas para o crescimento dos negócios em 2015, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas e perfuração e instalação de poços. Além disso, serão investidos recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes.

Para a realização dos investimentos a Companhia deverá utilizar recursos próprios da ordem de R\$300.000, que devem ser aplicados em investimentos diretos e como contrapartida de recursos de terceiros, que importam em R\$600.000. O investimento previsto para 2015 totaliza R\$900.000.

Os valores acima previstos poderão ser alterados, quando da aprovação do Orçamento de Capital pela Assembleia Geral Ordinária.

A tabela abaixo sintetiza a destinação dos investimentos da Companhia para 2015:

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 2015 – R\$ MILHÕES	
ÁGUA	300,0
ESGOTO	600,0
TOTAL	900,0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 18 de março de 2015, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas para a Administração da Copasa à deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO: 1º) aprovar as Demonstrações Financeiras da Copasa (Controladora e Consolidadas em IFRS) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014; 2º) aprovar a seguinte destinação para o lucro da Copasa, no montante de R\$318.141 mil: R\$15.907 mil serão destinados a compor a Reserva Legal; R\$103.340 mil, correspondendo ao valor bruto de R\$10,87 por ação, serão destinados ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio imputados ao dividendo mínimo da seguinte forma: R\$100.888 mil foi aprovado em reuniões do Conselho de Administração em 21/03/2014, 23/06/2014 e 19/09/2014 e atribuídos aos acionistas; R\$52.082 mil será distribuído proporcionalmente aos acionistas titulares das ações ordinárias com direito a remuneração; R\$195.753 mil serão destinados a compor a Reserva de Lucros Retidos, conforme o orçamento de capital contido no programa de investimentos (Lei n.º 6.404/76).

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 19 de março de 2015, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Copasa.

Belo Horizonte, 18 de março de 2015.

Paulo Eliário Nunes
Presidente do Conselho

Leticia Pedercini Issa
Vice-Presidente do Conselho

Alvimar Silveira de Paiva
Conselheiro